



FL. Nº
Anexo – notas taquigráficas
Proc. nº
CMSP – NOME DA CPI
Nome - RF

**CÂMARA MUNICIPAL DE
SÃO PAULO**

SECRETARIA GERAL PARLAMENTAR
Secretaria de Registro Parlamentar e Revisão

COMISSÃO DE POLÍTICA URBANA, METROPOLITANA E MEIO
AMBIENTE

PRESIDENTE: SOUZA SANTOS

TIPO DA REUNIÃO: AUDIÊNCIA PÚBLICA.

LOCAL: Câmara Municipal de São Paulo

DATA: 14/12/2017

OBSERVAÇÕES:

- Notas taquigráficas sem revisão
- Grafia(s) não confirmada(s)
- Intervenção simultânea ininteligível/inaudível
- Manifestação fora do microfone

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Matarazzo Suplicy) - Muito bom dia a todos.

Estamos aqui abrindo audiência pública sobre o comércio ambulante na cidade de São Paulo.

Na qualidade de Presidente da Comissão de Política Urbana, Metropolitana e Meio Ambiente, em substituição ao Vereador Souza Santos, declaro aberta a 26ª audiência pública desse ano de 2017. Gostaria de convidar o Vereador José Américo, que em 2014 apresentou o projeto de lei 78/2014 e que tem como coautores a Vereadora Juliana Cardoso, do PT, e eu próprio Eduardo Matarazzo Suplicy. Informo que a Vereadora Juliana Cardoso, até em virtude da forma como ela acabou sendo empurrada e se machucou a coluna anteontem quando ela procurou proteger os manifestantes que foram retirados do plenário da Câmara Municipal e ela então se machucou e se encontra presentemente hospitalizada.

- Presidente atende ao celular.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Matarazzo Suplicy) - Uma urgência aqui. Bom dia, Vereador Adilson Amadeu. Tudo bem?

Agradeço de ter me chamado de volta porque hoje estou presidindo a Comissão de Política Urbana em uma audiência pública sobre os ambulantes. Estão ambulantes dos mais diversos pontos da cidade de São Paulo, ambulantes do Centro, as pessoas que são ambulantes da cooperativa de vendedores autônomos do Parque Ibirapuera, dentre outros e também vieram alguns representantes da Feira da Madrugada e alguns deles me informaram que como eles acompanharam muito e muitas das reuniões da CPI da Feira da Madrugada, eles estão tendo uma reação por parte do Consórcio que disse a alguns deles que como vocês participaram da CPI, então agora vocês estão sem direito de ficar aqui. Alguns deles você conhece bem por que participaram de quase todas as reuniões disseram que têm obrigações inclusive de pagamento das pessoas que com eles trabalham nesse período de Natal e se forem proibido de trabalhar no local onde costumavam, eles vão ter uma dificuldade muito grande. Então fico pensando, quem sabe possamos nós, membros da CPI, fazer um apelo para o consórcio no sentido de que eles...

Pois não. Certo. O Alex é um dos que está aqui e explicou isso. Certo. Sim. Sim. Muito bem. Está certo. Pois não. Obrigado. Sei. Certo. Por escrito. É. Está bom. Ótimo. Está muito bem. Muito bem. Está bom. Eu vou transmitir a eles a sua informação e pedir essa providência e vou me juntar a você nessa carta ao consórcio. Muito obrigado, Adilson. Até mais.

Ocorrem duas emergências.

Queria convidar para vir a Mesa a Secretária de Coordenação de Prefeituras Regionais, da Secretaria, Cláudio Carvalho de Lima, não chegou ainda. Da Secretaria de Segurança Urbana José Roberto Rodrigues de Oliveira, convidado, não chegou. Secretaria de Trabalho e Empreendedorismo Aline Cardoso. Estamos aguardando. A Secretaria de Direitos Humanos e Cidadania e Luiz Arruda também sendo aguardado. Sr. Paulo Sérgio Criscuolo, da Prefeitura Regional da Mooca e da Prefeitura Regional da Sé, o Prefeito Regional Eduardo Alves Lopes. Serão bem-vindos na hora que chegarem.

Da sociedade civil, Cris Sato, do Centro Gaspar Garcia de Direitos Humanos. Valdina, que representa o fórum dos ambulantes. Está aqui? Pode sentar-se à mesa. Sampaio, que também representa o fórum dos ambulantes, ainda não chegou. Luiza Lins Velloso, defensora pública, está aí. Hugo Fanton, da Central de Movimentos Populares. Pode sentar-se à mesa.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Matarazzo Suplicy) – Eu queria dar uma informação de emergência.

Quando nós chegamos aqui, havia aqui inúmeras pessoas. Gostaria de saber o nome do professor de ginástica que estava aqui, muitos observaram. Os idosos da Câmara Municipal fazem toda manhã essa ginástica que muitos de vocês viram. Então eu queria cumprimentar o professor e todas essas pessoas. Um deles, alguns observaram, tem 92 anos. Mesmo sentado na cadeira, ele faz a ginástica. (Palmas) E se algum de vocês da terceira idade quiser, um dia, se juntar e fazer ginástica com eles, podem fazer.

Professor Babaçã (?), parabéns ao senhor. (Palmas)

Quando iríamos abrir a nossa reunião, vocês notaram que eu passei a usar o telefone por uma emergência, porque há pouco tivemos a notícia, pela mãe da minha assessora Camila Victor. A senhora mãe da Camila Victor trabalha vendendo bolos e outras coisas no Parque Dom Pedro. E eis que ela ligou há pouco dizendo que a Polícia Militar começou a agir junto aos ambulantes, procurando retirá-los dos lugares, e os ambulantes ficaram preocupados, não quiseram sair. Eis que três deles foram feridos a bala. Então, por causa desse episódio muito grave contra ambulantes na cidade de São Paulo, eu estou procurando falar com o Prefeito João Doria, com o Secretário Julio Segmehini. Vou pedir, ainda, que a minha assessoria traga o telefone do prefeito regional daquela região, porque, ainda durante esta reunião, quero tomar providências de avisar o prefeito sobre essa ação totalmente condenável com ambulantes da cidade de São Paulo. Por isso que eu atrasei um pouco para a abertura.

Sejam muito bem-vindos aqui, pessoas que aqui representam ambulantes dos mais diversos lugares. Podem colocar a presença na lista de presença, e, se desejarem expressar alguma palavra, podem se inscrever com o Caio, que está aqui logo à direita.

Daqui a instantes, eu vou pedir ao Vereador José Américo que apresente as linhas gerais do substitutivo ao PL 78/2014, que altera o dispositivo da Lei 11.039, de 23 de agosto de 1991, e acrescenta novos artigos, modifica a Lei 11.124, de novembro de 91, 11.111, de 31 de outubro de 91, a Lei nº 11.405, de 9 de setembro de 93, as quais dispõem sobre o exercício do comércio ou prestação de serviço de ambulantes nas vias e logradouros públicos do Município de São Paulo. Propõem a emissão de novos TPUs e criam o Conselho Municipal do Comércio ou Prestação de Serviços de Ambulantes nas vias e logradouros públicos do Município de São Paulo, amparado pelos artigos 114 e 160 da Lei Orgânica do Município de São Paulo.

A modificação principal propõe a emissão de novos TPUs – 10 mil TPUs –, o que, obviamente, é de enorme interesse dos ambulantes. Também propõe a política de atualização

de cadastramento a cada dois anos dos TPUs. No seu art. 12, acrescenta o art. 41 – “em caso de falecimento do permissionário, será transferido o termo de permissão de uso para o cônjuge ou filho acima de 18 anos que apresente os requisitos legais”; “estabelece o Conselho Municipal do Comércio ou Prestação de Serviços de Ambulantes, que será constituído e regido por ato do Secretário Municipal de Coordenação das Subprefeituras, e composto por representantes, tais como: sete representantes da Administração Municipal; sete da sociedade civil; sete de entidades que atuam no comércio ambulante em ponto fixo, sendo duas vagas para portadores de deficiências, ou sexagenário, que atue no comércio ambulante e que tenha, no mínimo, 70 associados; e um representante da Câmara Municipal, como convidado. A alteração proposta é para que sejam designados sete representantes da Administração Municipal; sete da sociedade civil, indicados por suas associações, com, no mínimo, 70 associados; sete representantes de entidades que atuam no comércio ambulante em ponto fixo, sendo duas vagas para portadores de deficiência – um de deficiência visual, outro deficiente físico, ou sexagenário, que atue no comércio ambulante; e um representante da Câmara Municipal, como convidado.

Vamos tratar e dialogar sobre os problemas referentes ao comércio ambulante na cidade de São Paulo, tais como na 25 de Março, no Brás, Pari, no Terminal Parque São Pedro, em Santa Ifigênia, no Bom Retiro; e também discorrer um pouco sobre o que foi o trabalho realizado na feira, a partir da CPI da Feira da Madrugada, que será objeto de acompanhamento no ano que vem – até porque foi formada uma frente parlamentar para acompanhar tudo que vai acontecer com a Feira da Madrugada.

Quero transmitir aos representantes dos feirantes da Feira da Madrugada, como o Sr. Alex e o Sr. Luciano, que aqui transmitiram a mim a preocupação com respeito a não estarem tendo o direito de continuar o seu trabalho e o seu próprio autossustento.

Há pouco, liguei para o Presidente Adilson Amadeu, e ele sugeriu, queria lhes transmitir, que possam escrever uma carta ao próprio Presidente Adilson Amadeu, e a mim

próprio, explicando o que está acontecendo, de tal maneira que, ainda no dia de hoje, ele próprio e eu assinaremos uma carta ao Consórcio, propondo que deem a devida atenção à continuidade e do trabalho dos senhores e senhoras.

Então, se puderem, o quanto antes, até o final da manhã, redigirem uma carta nesse sentido, então vamos encaminhar.

- Manifestações fora do microfone - inaudível.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Matarazzo Suplicy) – Muito bem, Alex. Eu vou lhe dar a palavra para você explicar bem o caso.

Então, vamos iniciar os nossos trabalhos concedendo a palavra ao hoje Deputado José Américo e que, como Vereador em 2014, apresentou esse PL 78/14, sobre o comércio ambulante na cidade de São Paulo.

Tem a palavra o Deputado e Vereador José Américo.

O SR. JOSÉ AMÉRICO – Muito obrigado, Eduardo Suplicy. Queria parabenizar você e a Juliana por terem tomado esta iniciativa. A Juliana está no hospital, neste momento, e por isso que ela não pode vir, estando representada, aqui, pelo Fábio, por mim e pelo Suplicy. A Juliana é uma batalhadora dessa área.

Queria dar um abraço em todos vocês, pessoalmente, todo pessoal que eu conheço. Essa luta do comércio ambulante é uma luta antiga. Eu só acho que precisamos fazer só uma pequena recapitulação.

Essa lei surgiu com o pessoal do sindicato dos ambulantes, que está representado aqui pelo José Gomes, que é o presidente do sindicato dos ambulantes de ponto fixo, o que é uma contradição, né. Ambulante de ponto fixo é uma contradição, mas tudo bem.

Essa lei foi elaborada. Teve uma grande participação do nosso querido Adir, que ajudou muito. Mas ela veio, na verdade, a partir de um pedido da juíza, uma proposta, uma sugestão da juíza, Dra. Carmem Trejeiro.

A Dra. Carmem, no governo do Kassab... O governo Kassab tirou todos os

ambulantes da rua. Aí, o Centro Gaspar Garcia, o sindicato dos ambulantes, e o Defensor Público Bruno Miragaia entraram com uma ação, e pela mão de Deus caiu no colo da Dra. Carmem Trejeiro. Eu digo pela mão de Deus porque é uma pessoa sensacional, generosa, que acredita no Direito e nas pessoas. E a Dra. Carmem deu uma liminar que permitiu que as pessoas retornassem à rua, aquelas atingidas pela lei.

A Dra. Carmem, depois de várias conversas que tivemos com ela, nos disse o seguinte: “O governo precisa transformar a minha medida em uma medida administrativa e, aí, vocês aproveitam para fazer, enfim...” Queríamos discutir outras coisas e ela falou: “Não. Eu não vou discutir. Isso é coisa da administração, ampliar o número de ambulantes e tal, vocês podem fazer isso”. E, aí, procuramos, então, o Chico Macena, o Haddad e eles montaram uma comissão e essa comissão, infelizmente, não resultou em nada. Insistimos muito com o prefeito e devo admitir que foi um erro. Insistimos muito com o prefeito que, no mínimo, transformasse a decisão da Dra. Carmem Trejeiro em uma ação administrativa. E a Dra. Carmem falou: “Se ficar só uma ação judicial, uma hora ou outra, o juiz derruba. Então, façam uma ação administrativa. Quer dizer, transformem a minha decisão em um ato administrativo e, aí, vocês complementam”. Sei lá, reivindicávamos a volta da emissão dos TPUs, mas tudo bem, era coisa da Prefeitura. Isso não aconteceu, acho que foi uma falha do prefeito. O prefeito ficou de fazer um decreto ao invés da lei. Tínhamos como aprovar essa lei aqui, mas ele falou: “Olha, eu vou fazer um decreto, uma regulamentação da Prefeitura. Então, segura a lei”. Seguramos a lei e não saiu nem o decreto e nem a nossa lei foi aprovada. Foi exatamente isso que aconteceu. Não posso mentir para vocês. Eu fiquei esperando, até os últimos instantes, da prefeitura, eu era Secretário... E a assessoria do prefeito: “Não, vamos fazer, vamos fazer”. Estava pronto. Eu cheguei a ver a minuta do decreto, mas, enfim, o decreto não saiu.

Então, eu tenho de registrar uma crítica, foi um erro, uma falha. O governo acertou muito, mas, nesse caso falhou. E se tivesse avisado antes de que não ia fazer o decreto, a lei poderia ter sido aprovada. Bom, mas enfim, foi isso o que aconteceu.

A lei está aqui. As emendas, que foram postas nela, acho que são boas. Acho que tudo isso precisa ser discutido, mas são boas. O número de ambulantes a mais, não sabemos se são 10 mil, porque, na verdade, vai ter que fixar os pontos em São Paulo: onde pode e onde não pode ter ponto. Pela lei, você tem de ver onde pode e onde não pode. Talvez, sejam 10 mil, um pouco mais, um pouco menos. Mas acho que não é esse o objetivo. Quando foi posto o número aqui, é mais um número para trabalharmos. O importante é que precisamos reabrir o comércio ambulante em São Paulo. Reabrir os pontos, disciplinar e reorganizar. A lei tem esse objetivo. Apesar de ser uma lei feita para o comércio ambulante, ela é uma lei que pretende organizar o comércio ambulante e tirar a desorganização, combater a desorganização que existe hoje. Hoje, a rua se transformou em uma terra de ninguém.

Seria exagero de minha parte dizer que tem, mais ou menos, uns 80 ou 100 mil ambulantes trabalhando? (Pausa) É mais ou menos isso, não é? Pois é, só na madrugada, tem de 5 a 10 mil trabalhando. Eu prefiro organizar. Se organizamos, criamos critério, priorizamos o sexagenário, prioriza o deficiente, prioriza as pessoas que mais precisam e fazemos um critério humano e democrático.

Quando as prefeituras evitam regularizar o comércio ambulante, às vezes de forma inconsciente, estão fazendo o jogo da sacanagem que tem na rua, porque alguns comerciantes irregulares se mantêm na rua, outros não. E por quê? Em São Paulo, se você colocar uma banquinha ali na frente e ela ficar dez horas sem ninguém importunar é porque o cara conversou com algum fiscal. Se você puser uma banquinha ali, em uma hora aparece um fiscal, não aparece? Então, de repente, você estimula a corrupção, você estimula a lei do mais forte, você estimula uma série de coisas que não queremos. Então, essa lei é boa porque ela organiza o comércio ambulante e nos permite ter uma regra. Uma regra é boa por quê? Se eu não estou sendo atendido pela regra, eu vou à Justiça. Você tem um ponto em que se apegar. Não existe espaço, em nossa cidade, para uma política higienista de achar que o comércio ambulante atrapalha as ruas. A desorganização atrapalha, mas não o comércio ambulante. O

comércio ambulante não atrapalha. Ao contrário, o comércio ambulante ajuda o funcionamento do comércio nas ruas, puxa cliente.

O comerciante ambulante legalizado é uma das pessoas mais sérias que têm na rua, não vende produtos falsos, não engana, dá nota fiscal. Até porque o comerciante ambulante é o que está sujeito a uma lei draconiana. Se ele for apanhado vendendo um produto falso, perde a TPU.

Quem vende as coisas é o desorganizado, aquele que não está regulamentado.

Às vezes, as prefeituras estabelecem uma tábula rasa, como se todos fosse iguais, na verdade, o prejudicado é o que trabalha dentro da lei, o que procura trabalhar dentro da lei.

Quando falo irregular, não estou dizendo que os companheiros que estão na rua trabalhando irregular têm que ser chutados. Não. A lei prevê que a gente abra mais vagas e eles vão entrar, vão disputar essas vagas e vão virar comerciantes ambulantes regulares. Não é isso?

Eu conheço muito a rua e conheço muito comerciante ambulante, com todo comerciante irregular que eu falo ele diz: José Américo, eu quero me regularizar. Não quero ficar assim.

As pessoas querem isso. Se a gente abrir as vagas que estão propostas no projeto, dá para a gente contemplar a maioria do pessoal que está precisando de trabalho e que tem vontade de trabalhar como ambulante. Não apenas eventualmente.

Cada comerciante ambulante organizado pode dar dois, três empregos ou mais. Entendeu? Você teria aí na rua cerca de 40 a 50 mil empregos se a lei for aprovada.

Hoje, nós temos 2.500 ambulantes regularizados na rua. Não é isso, José Gomes? Dois mil e quinhentos só. É um número muito pequeno para São Paulo, gente! Vocês sabem melhor do que eu. Esses 2.500 estão na Mateu Bei, em São Miguel, na Lapa e no Centro. Aqui no Centro tem 500 ambulantes regularizados, é pouquíssimo.

Então eu creio que a lei pode vir para resolver esse problema, regularizar o

ambulante que já está trabalhando às vezes há 10-20 anos como irregular, que tem vocação para trabalhar como comerciante ambulante, e a gente teria uma rua, no máximo, com 13 a 14 mil ambulantes que, em São Paulo, não é nada.

Bem organizada, a rua vai ficar fácil de andar, de comprar e nós vamos ter inclusive mais segurança. O ambulante ajuda na segurança das ruas e ajuda a manter a própria regulamentação, se ela for aprovada.

Quando se fala mal dos ambulantes, eu me lembro e já vou terminar por aqui, de um episódio na Sé, acho que estavam também o José Gomes e o Alcides Benvindo. Foi no tempo do Serra. Estava lá o cara da Univinco – União dos Lojistas da 25, estava o Subprefeito e mais não sei quem. O cara da Univinco estava reclamando que os ambulantes vendiam produtos irregulares. Eu falei o seguinte: vamos pegar três fiscais e vamos a todo ambulante que estiver vendendo produto irregular para ser processado pela Prefeitura. Pode perder o...

E nós vamos entrar nas lojas da Univinco. Se eu encontrar uma loja da Univinco com tudo de acordo com a lei, renuncio ao meu mandato. Vamos lá. Quanto aos ambulantes, garanto para vocês, dificilmente encontraremos alguém com alguma coisa irregular; mas as lojas, todas vendem produtos sem nota, sonegam e vendem produto irregular, muitas vendem produtos sem procedência.

Não sou polícia, não sou fiscal, mas quero dizer para vocês que essa é uma realidade que existe hoje, na 25. Então, os comerciantes não têm autoridade para falar contra o comércio ambulante, em São Paulo. Não têm nenhuma autoridade, porque eles fazem aquilo que não deveriam fazer, sonegam.

Muitos atacam os ambulantes, às vezes alugam ponto de ambulante na frente para pode ganhar dinheiro a mais. Não quero saber o que está acontecendo com as lojas, mas não têm autoridade, ao contrário, deveriam tentar ajudar organizar o comércio ambulante para que fique melhor, para que dê emprego e segurança para as pessoas e para as famílias.

Com relação à Feira da Madrugada, eu proporia ao Luciano e ao Alex que estão

aqui, porque o encaminhamento do Suplicy é bom. Já me dispus para o Luciano para que me mande o tipo de contrato que está vindo, conheço muito a questão da Feira da Madrugada, porque eu fui da antiga CPI e posso dar uma olhada nesse contrato para ajudar vocês.

Um super abraço para vocês, muito obrigado e vamos fazer o debate aqui.

(Palmas)

Parabéns Suplicy.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Matarazzo Suplicy) – Obrigado José Américo. Eu gostaria de dar a palavra à Sra. Crissato.

Primeiro daremos a palavra às pessoas da mesa, depois passaremos aos que já estão inscritos e outras poderão se inscrever com o Caio.

A SRA. CRISTIANE – Bom dia, pessoal!

Meu nome é Cristiane, o pessoal me chama de Cris, trabalho no Centro Gaspar Garcia de Direitos Humanos, no projeto chamado Trabalhadores Informais e o Direito à Cidade.

Acho que o José Américo já trouxe um panorama bacana da situação do comércio ambulante na cidade de São Paulo.

Eu não sou de São Paulo, sou de Minas, estou aqui há cinco anos e há um ano e meio trabalho com os ambulantes.

Não vou prolongar a minha fala, mas quero chamar a atenção para duas questões: os trabalhadores do “corre”, o que a gente chama de trabalhadores que não tem Termo de Permissão de Uso, o TPU. O José Américo falou em 100 mil ambulantes, mas o último censo que o DIEESE fez tinha 138 mil ambulantes, em 2010. Imagino que hoje esse número deve estar bem maior.

Se a gente pensar num universo de 140 mil ambulantes para 2.500 TPUs acho que vale a reflexão e a luta pelo aumento mesmo dos termos de permissão de uso. Penso que a gente deve dar voz para o pessoal do “corre”, que é o pessoal que não tem o termo e está mais vulnerabilizado no comércio ambulante.

Dentro desse universo, quero chamar a atenção para as mulheres ambulantes, que é o trabalho que faço no Gaspar, com a Associação Jaciara, a Valdina vai falar um pouco mais da Associação Jaciara daqui a pouco, mas as mulheres ambulantes têm uma realidade que é diferente, mais difícil ainda.

As mulheres sofrem os assédios, tanto dos comerciantes, quanto dos guardas municipais, elas têm a questão do trabalho doméstico que é uma tarefa a mais. Creio que a gente tem que pensar na situação das mulheres. Eu gostaria de convidá-los a participar do Fórum dos ambulantes que acontece toda segundas e terças-feiras do mês, às 18h, no Centro Gaspar Garcia, ele tem o objetivo de propiciar o diálogo dos ambulantes com o Poder Público, que chamou essa audiência pública em parceria com o Suplicy, com a Juliana Cardoso, mas lá é o espaço que a gente tem para discutir a situação do comércio ambulante de São Paulo. É um momento que acho que o Fórum devia estar mais ativo e deveria ter mais participação dos ambulantes, é um momento que a gente precisa da organização de vocês. Temos visto muita violência e criminalização contra os ambulantes. Vocês que são ambulantes vivem isso cotidianamente no trabalho de vocês então é necessário que vocês se organizem e não adianta que tenhamos esse espaço se os ambulantes não participam. Então, quero convidar vocês, toda a segundas e terças feiras do mês, às 18h, a gente faz essa reunião do Fórum no Gaspar e que convidar as mulheres ambulantes a estarem conhecendo e participando da Associação Jaciara. A gente faz a reunião da Jaciara na terceira terça-feira do mês, também no Gaspar, às 18h.

É um momento que os ambulantes têm de se fortalecer. Acho que é esse o recado que eu dou, vocês precisam pensar e tentar se articular e se organizar mais. Sejam bem-vindos e tomara que audiência seja bem produtiva e que a gente consiga sair com encaminhamentos bem bacanas para a luta dos ambulantes.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Matarazzo Suplicy) – Quero convidar para fazer parte da Mesa o Sr. Alcides do Simpesp, Sindicato dos Permissionários de São Paulo e

também Fábio Rodrigues, assessor parlamentar da Vereadora Juliana Cardoso.

Tem a palavra o Sr. Fábio Rodrigues.

O SR. FÁBIO RODRIGUES – Bom dia a todos. Já foi justificada a ausência da Juliana, ela teve um problema na Casa, em função do projeto escola sem partido. Inclusive eu vou justificar daqui a pouco a minha ausência que eu tenho que ir para a delegacia com ela, está no hospital, está mal, mas a gente participou das discussões e eu particularmente junto com a assessoria do Suplicy. A gente discutiu em duas reuniões, inclusive, com vários ambulantes, um pouco o substitutivo para que gente pudesse fazer esse debate com vocês. Já foi dito alguns pontos e itens que foi feito de sugestão. Conversando agora há pouco, antes de conversar com o José Américo, eu penso que a gente teria de avançar nesse substitutivo, colocando alguns prazos nesse projeto. A gente colocou lá 10 mil TPUs e a gente não tem essa certeza, pode ser mais que precisa.

No projeto prevê essas definições, onde pode colocar, a quantidade, só que a gente precisa dar prazo para a administração fazer isso porque se a gente não estabelecer tipo seis mês, 180 dias, para que isso aconteça o projeto pode ser aprovado, mas ele vai ficar lá, não será emitido o TPU, não vai ser regularizado. Então, talvez a gente possa estabelecer e incluir alguns pontos nesse sentido de estabelecer prazo para que a administração faça um mapeamento nas regiões, identifique a quantidade de espaço e possibilidades de regularização de TPUs, de entrega de ambulantes, e a partir disso, você vai ter um número e aí você começa um processo de regularização a partir dos critérios estabelecidos também já no projeto de lei. Eram um pouco essas considerações, a gente está junto com vocês. Pena que não veio ninguém do governo para poder participar, mas vamos ter que produzir uma segunda audiência para que possam também sugerir, porque é legal o Executivo estar presente para que a gente possa fazer esse debate juntos. Valeu, um abraço.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Matarazzo Suplicy) – Tem a palavra a Sra. Luísa Lins Veloso, defensora pública.

A SRA. LUÍSA LINS VELOSO – Bom dia, atualmente coordeno o Núcleo de Habitação e Urbanismo. O Núcleo é o órgão responsável que está acompanhando a ação civil pública que foi distribuída, salvo engano, em 2012, pelo Bruno Miragaia. Como já foi dito aqui, o entendimento do judiciário nessa ação civil pública é de que precisa sim ser criada uma política pública, mas o judiciário não se entende como o responsável por criação dessa política. O que de fato todos concordam. Uma juíza não conseguiria sem conhecer a realidade, ninguém melhor do que os ambulantes para dizer quais as características do trabalho de vocês e quais as necessidades, as demandas que deveriam ser observadas nessa política pública aos ambulantes. Ainda assim, a Defensoria juntamente com Gaspar Garcia fizemos uma apelação então atualmente esse processo aguarda julgamento no tribunal porque, na linha do que o Fábio disse, a gente entende também que é importante e imperiosa a criação de uma política pública para o trabalho dos ambulantes, mas é necessário um prazo porque é possível que a gente fique eternamente sem nenhuma política, sem nenhuma regra. O que percebemos, algumas pessoas aqui já reconheci, já foram na Defensoria e já participei do Fórum que a Cris disse, dos ambulantes.

Muitos sequer se conhecem, outros têm uma realidade muito diferente de prefeitura regional para prefeitura regional. A realidade de vocês é bem característica de cada região. É importante que vocês participem desse Fórum, se articulem, porque do contrário, dificilmente vai chegar a uma política pública que alcance ou pelos menos contemple parte da demanda de vocês. Além disso, esse ano foi criada um Secretaria pelo Poder Executivo Municipal, chamada de Secretaria de Desestatização e Parcerias. No âmbito dessa Secretaria estão sendo alguns projetos e um deles seria relativo, a gente não sabe muito bem quais serão as regras, o que vai ser aplicado, mas um deles tem relação com a concessão de parques da cidade de São Paulo, inclusive, foi publicada uma lista de quais seriam esses parques. Então fizemos uma recomendação para o Secretário que, dentre outras coisas que pedimos, fosse observada a atuação do trabalho do comércio ambulante que já existe nos parques, porque a eventual

concessão desses parques vai dificultar ou até inviabilizar a atuação dos trabalhadores ambulantes. Pedimos não só a participação dos ambulantes na discussão de eventual concessão desses parques para que o trabalho possa continuar e possa ter uma política não só na cidade toda, mas também dentro dos parques.

Juridicamente o cenário que temos é esse em relação ao trabalho dos ambulantes. A CP está no Tribunal, não tem nada que possamos cobrar do Poder Público por força dessa ação, está muito aberta. E paralelamente a isso sabemos que há ações isoladas que atingem diversos ambulantes de formas isoladas também e por sua vez fazem com que o trabalho de vocês seja enfraquecido como um todo.

Isso é importante na linha do que a Cris e o Fábio falaram, que vocês se mobilizem. Sei que alguns trabalham em áreas e realidades muito distintas, mas é importante esse fórum ser fomentado e tenha um caldo maior, com mais encaminhamentos e maior articulação para que a política que desejam realmente saia do papel. E não só isso, que saia de modo a contemplar a demanda de vocês que é grande e importante.

Para finalizar, quero agradecer os Vereadores Suplicy e Juliana que têm nos recebido sempre que pedimos. E pelo convite de estar aqui tentando esclarecer as eventuais dúvidas de vocês.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Matarazzo Suplicy) – Muito obrigado, Sra. Luiza Lins Veloso, que como Defensora Pública tem dado todo o apoio aos ambulantes e pela iniciativa de sempre ter a participação dos ambulantes, ouvindo-os e aqui também em parceria conosco os Vereadores da Câmara Municipal.

Tem a palavra o Sr. Hugo Fanton, da Central de Movimentos Populares.

O SR. HUGO FANTON – Bom dia companheiras e companheiros, em nome do Vereador Eduardo Suplicy cumprimento toda a Mesa, a Central de Movimentos Populares foi criada, em 1993, com o objetivo de articular as lutas em meio urbano. Então faz parte da

Central de Movimentos Populares os movimentos de moradia, de Saúde, de mulheres e também de trabalhadores e trabalhadoras ambulantes. A Associação Jaciara é filiada à Central de Movimentos Populares.

Gostaria primeiramente de dizer que a Central de Movimentos Populares acompanha a atuação e a importância do trabalho ambulante na cidade de São Paulo e se põe à disposição para fortalecer essa luta que é fundamental, pelo direito ao trabalho.

Primeira questão que para nós também é central é a repressão e da criminalização. Estamos num contexto de recrudescimento da repressão às classes trabalhadoras. E os lutadores e lutadoras do povo, são muitos os exemplos, um deles é da Vereadora Juliana que sofreu com isso. Recentemente num ato da Central de Movimentos Populares que contou com a presença de trabalhadores e trabalhadoras ambulantes também sofreu com esse problema da repressão. E os trabalhadores e trabalhadoras ambulantes sofrem isso no dia a dia, no seu cotidiano de trabalho.

E está piorando a criminalização e repressão ao trabalho ambulante e isso precisa ser repudiado e precisamos levantar nossa voz contra essa política de uma gestão que usa os agentes municipais, o braço armado da Guarda Civil Metropolitana, com o auxílio da PM, pela operação delegada para atacar ambulantes. São muitos os exemplos, já aconteceu ação na Luz, no Brás, Parque Dom Pedro, enfim, vocês sabem muito melhor do que eu porque vivenciam isso no dia a dia.

Essas ações violam os Direitos Humanos, violam a própria lei, essa legislação que precisa ser mudada, mas também viola com apreensão ilegal de mercadorias, com uso de extrema violência, apreensão ilegal, impossibilidade de o trabalhador retirar. Não tem o lacre e então não tem a possibilidade de retirar a mercadoria que foi ilegalmente apreendida.

Então é um contexto muito difícil e precisa ser repudiado. Precisamos construir uma forma de enfrentamento organizando e lutando - como já foi falado - na Cidade, no dia a dia, enfim, somando as manifestações. E fazendo ações que coloquem a nossa voz e as nossas

demandas, nossa pauta e ao mesmo tempo ações como essa que está sendo proposta de criação de uma legislação específica que altere a atual e preveja como já falado emissão de novos TPUs, a regularização e proteção ao trabalho ambulante.

Acho que é importante, para não ficar só repetindo o que já foi falado, soma ao que foi falado, mas também quero acrescentar algumas coisas. É importante realizar um senso do trabalho ambulante aqui na cidade de São Paulo para podermos estimar qual é o real número de trabalhadores e trabalhadoras ambulantes. E com base nisso fazer a previsão da emissão dos TPUs. É importante já estar prevista a emissão dos 10 mil, que atende de forma emergencial a necessidade dos trabalhadores, mas sabemos que esses 10 mil seguem alguém da necessidade da população.

Então é importante prever emergencialmente os 10 mil e ter uma política que preveja a concessão permanente dos TPUs para que possamos atender a demanda de todos os trabalhadores e trabalhadoras ambulantes da Cidade. E para saber quem são eles é preciso um senso, um levantamento do real número desses trabalhadores.

Enfatizar que há muitos anos não são emitidos TPUs. Há TPUs vencidos e as taxas cobradas para a manutenção dos TPUs são extremamente altas. Isso também tem de ser revisto. Os valores das taxas porque muitas vezes isso leva à inadimplência e leva à vulnerabilidade dos trabalhadores e trabalhadoras ambulantes.

Outra questão além do Conselho que já está previsto, a proposta de projeto de lei prevê a criação de um Conselho Municipal do Comércio e Prestação de Serviços Ambulantes. É fundamental para garantir a participação, mas acho que é importante também desde já buscar rearticular a Comissão Permanente dos Ambulantes nas prefeituras regionais, porque isso garante a participação dos ambulantes desde o local de sua atuação.

E também a comissão de recursos para análise de multas que são aplicadas, que seja rearticulada a comissão de recursos para também garantir maior proteção aos trabalhadores e trabalhadoras ambulantes. Também ia colocar, reforço a preocupação

relacionada à privatização dos parques, porque a gente sabe que, junto com a privatização, vem o monopólio. A Tendência é haver uma restrição a um número muito pequeno de empresários que têm acesso privilegiado aos espaços de poder, para poder monopolizar a venda de mercadorias nos parques públicos. Então, é fundamental essa luta, para garantir a possibilidade de o trabalhador e a trabalhadora ambulante seguir, podendo atuar nos parques. Por isso, nós, a central de movimentos também participamos da campanha “São Paulo não está à venda”, que é contrária à privatização dos espaços públicos aqui na cidade de São Paulo. Então, garantir também a possibilidade de trabalhadores e trabalhadoras ambulantes seguir, podendo atuar nos parques, é fundamental.

Também é importante a previsão de criação de TPUs temporários, em casos de grandes eventos e festas. A gente sabe que aí aumenta a demanda por trabalho neste momento. A gente vê, muitas vezes, nesses casos, de festas e eventos como o Carnaval, atuação de empresas que subcontratam trabalhadores ambulantes de forma extremamente precarizadas. Isso é um absurdo. Então, o ambulante é impedido de atuar, impedido de ter o ser livre direito ao trabalho neste momento, e ele é subcontratado por uma empresa que vai precarizar ainda mais esse serviço. Precisa ser fiscalizada essa exploração feita nesses contextos de grandes festas. Por isso também é importante haver a previsão de TPUs, a permissão temporária para esses grandes eventos, para que as pessoas possam trabalhar livremente, com a proteção do Poder Público, para poder exercer o seu trabalho.

Então, eu encerro a minha fala ressaltando que a gente precisa se organizar e lutar diante desse contexto de recrudescimento e de avanço da criminalização dos movimentos sociais, das classes trabalhadoras e especificamente do trabalho dos ambulantes, do trabalho ambulante na cidade de São Paulo. Infelizmente isso vem, desde a esfera nacional, essa escalada da violência do Estado contra as classes trabalhadoras. Vem desde o Governo Federal e a gente está vivendo isso muito fortemente na gestão Doria aqui no município de São Paulo, e a única forma de a gente se contrapor a isso é se organizar e lutar. A central de

movimentos populares está à disposição, está aberta para fazer essa luta junto com os trabalhadores e as trabalhadoras ambulantes. Vamos seguir e tenham a absoluta convicção, com o apoio dos nossos parlamentares, com apoio das entidades e organizações, como o Centro Gaspar Garcia, de Direitos Humanos, que estão aí no dia a dia de luta com a gente. A gente certamente vai conseguir se fortalecer, fazer o enfrentamento e garantir os nossos direitos. Esse é o nosso objetivo. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Matarazzo Suplicy) – Obrigado inclusive também pelas diversas sugestões, para que os ambulantes possam ter uma efetiva participação nas decisões sobre o que deve acontecer com eles em nossa Cidade.

Tem a palavra ao Sr. Sampaio, do Fórum dos Ambulantes.

O SR. SAMPAIO – Companheiros e companheira, bom, nós, na parte dos ambulantes, temos muitas coisas. A lei do Vereador José Américo é boa, é razoável, mas, antes de começar a lei, eu só falar uma coisa. Eu vejo aqui a Mesa. Eu não vejo nenhum deficiente, nenhum negro e nenhuma negra. Então, assim, quando for compor esta mesa, precisa ter um pouco, porque a grande maioria dos trabalhadores ambulantes são afrodescendentes.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Matarazzo Suplicy) – Mas o senhor está na mesa. Foi convidado na mesa desde o começo. Só para registrar que temos, pelo menos, um negro na mesa, mas há razão. Faltam ainda alguns deficientes. Se estiverem aqui, eu vou seguir a sua sugestão, e vou convidar aquela senhora, logo atrás do Alex, a Sra. Antônia. O Sr. Alex ou o senhor que está atrás poderia trazer a Sra. Antônia, para ela se sentar-se à mesa, por favor? A sua sugestão é muito pertinente e eu queria acatá-la de pronto.

O SR. SAMPAIO – Sr. Presidente, não terminei ainda. Nós temos hoje ainda quase dez mil imigrantes, tanto africanos quanto chineses, orientais. Também fazem tempo dessa lei. Não há nada para eles. Eu não vejo nem um item que possa fazer esse pessoal estar integrado. A maioria hoje já pode votar. A grande parcela dos imigrantes hoje estão legais

dentro deste País e os que não estão nós também temos que respeitar.

Bom, vamos direito para a lei aqui, porque o tempo é curto. Então, eu gostaria de colocar que hoje foi feito uma lei nacional para o microempreendedor. Para a pessoa que for trabalhar na rua, tem que ser facultativo, por causa do deficiente. Para quem tem LOAS, não tem esse problema. Tem que ser facultativo, mas se nós bem brigamos para ter uma previdência, porque as pessoas vão ter que se aposentar, tinham que encaixar sim o microempreendedor. É uma obrigação de quem não tem. Há quem não pode ter o microempreendedor por causa do LOAS, alguma coisa, mas nós temos que ter sim o CNPJ, e a pessoa ter que pagar sim o INSS. É o mínimo para a pessoa se aposentar. Se ele se machucar amanhã na rua, nós precisamos ter essa parte aí. É uma das coisas que tem que ter. Eu olhei uma parte da lei. Vamos ver se dá para encaixar essa parte aí.

Há outra parte que nós precisamos buscar aí. Nós temos hoje quase 140 mil trabalhadores na rua, e a maioria não tem nem o que se pensar numa provisória ou alguma coisa.

Nesses dias, nós fomos fazer um trabalho em Guaianases. Há uma média de quase 500 ambulantes apanhando todos os dias da Polícia. Então, é uma coisa assim que a gente fica muito preocupada, porque a Polícia hoje está machucando muito o nosso trabalhador. Nós brigamos em cima disso, mas não temos nenhum respaldo a essa parte. Quantas pessoas hoje estão machucadas? Quantas pessoas hoje estão surdos? Porque a GCM não dá moleza. Ela coloca, dentro do carro, e, quando chega lá (inaudível) no ambulante. Quebra a perna. Então, é uma coisa que eu queria colocar aí, porque nós não temos nenhum respaldo. Como é que nós vamos buscar a solução?

Outra coisa, em relação a essa lei aí, à fiscalização, a Prefeitura, na parte da fiscalização, o que acontece? Os fiscais, quando estão de folga, passam a extorquir os ambulantes, e a pessoa tem que pagar. Senão, não trabalha. Ele tem que levar o leite para casa. Então, assim, tinha que ter um controle, ou esse pessoal que for trabalhar, na Prefeitura,

na relação de fiscal, essas coisas, que ela tenho um conhecimento social, porque já chega ao ambulante, já chega multando. As multas são altas. É uma das coisas que nós estamos brigando também, por causa das multas. Hoje há quem está devendo 30 mil reais. Jabaquara, Conceição e Lapa, tudo está com dívida altíssima, porque meteram a mão em cima de nós, e está difícil para pagar essa parte aí.

Então, assim, os fiscais da Prefeitura, (inaudível) essa lei com os fiscais, e tem que ter um pouco mais de educação, um pouco mais de humanização e a gente saber quem é o fiscal. Não há problema de ser multado, desde que ele (inaudível) se estiver ilegal ou essa parte aí.

Então, assim, a fiscal de toda a subprefeitura. Não há uma... Parece que aqui é legal. Não, ele age por conta própria. Ele não quer nem saber em relação ao que está acontecendo ao trabalhador. Ele multa, ele intimida as pessoas. Então, tem que constar, nessa lei, que a pessoa que for trabalhar nessa área da Prefeitura também esteja participando da CPA, para ver como funciona os trabalhadores na rua. São maus tratos dentro da subprefeitura. Você chega lá, as pessoas atendem. Parece que a gente é cachorro. São maus tratos mesmo. Duvido que alguém que chegue lá seja bem recebido. Se você tem um auxiliar (inaudível) Xingam você. Falam que o auxiliar não vale nada. Então, falta respeito, e só por meio de uma lei para poderem calar a boca. Não adianta a gente falar: "Vou falar com o Sr. Prefeito". Não(?) vão lá atender. Vão atender quando houver a lei, e a gente poder entrar ao Ministério Público ou num órgão. Aí vão acalmar, porque atinge os bolsos deles. Como é que vamos resolver isso? Por meio dessa lei, dessa parte.

Não podemos nos esquecer dos imigrantes. Hoje a grande maioria hoje, somente aqui no centro, só os imigrantes, e a discriminações são muito grande em relação a eles, tanto aos chineses quanto em relação aos negros (inaudível) porque os olhos azuis, as famílias vão acolhendo, vão colocando prédios, vão morar não sei onde, e os negros continuam morando na rua. São discriminados.

Tem o Manuel aqui, de Angola. Ele sabe disso aí. Está discriminado o pessoal aí. Ele estudou na USP. Os negros que estão vindo têm estudo sim, todos falam duas ou três línguas muito bem, mas continuam sendo discriminados pela cartório. Nós não temos nem acesso à moradia, a nossa categoria. Quantas pessoas deficientes aqui têm moradia? Poucos. A não ser que a família deixou para ele ou ele mora lá no meio da favela mesmo, (inaudível) ocupação. Fora disso, não. É muito pouco que tem nessa parte aí.

Gostaria de parabenizar o Sr. José Américo pela iniciativa da sua lei. (inaudível) Vereador Eduardo Matarazzo Suplicy e Vereadora Juliana, e o Sr. Gaspar Garcia, de onde o fórum discute muito a política.

Então, é um local de os ambulantes discutirem a política, discutirem os seus problemas e levarem as dificuldades para a gente tentar resolver. A Cris não aguenta mais, de tantos problemas que a gente leva para ela. Ela fala: “O que eu faço com isso?” E o Dito então? Também não aguenta mais.

Eu quero parabenizar a Dra. Neusina, a Dra. Cris e o Joãozinho da CUT. Queria agradecê-lo, como também o Luiz Turco, que mandou a sua secretária aqui, a Ângela, para poder dar uma força para nós aqui. Falo do Deputado Estadual Luiz Turco. O Sr. José Américo é parceiro dele lá. A Ângela veio aqui para nos ajudar aqui.

Então, pessoal, deve haver mais outras audiências. São muitas coisas que a gente precisa tentar colocar nessa lei, antes que ela seja aprovada. Então, é hora de cada um pegar um texto e contribuir, para que a gente possa melhorar essa parte aí da nossa lei e para essa lei seja renovada aí, com a parte dos TPUs. Quando falarem em dez mil TPUs, não é muito, mas para quem já perdeu mais de dez, vamos tentar recuperar, pelo menos, o que nós perdemos.

Agradeço a todos, o Sr. Eduardo Matarazzo Suplicy e a Mesa.

Muito obrigado por participar dessa audiência.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Matarazzo Suplicy) – Tem a palavra a Sra.

Valdina, que representa o Fórum dos Ambulantes.

A SRA. VALDINA – Bom dia a todos. Bom dia a Mesa. Em nome do Vereador Eduardo Matarazzo Suplicy, dou bom dia a todos os companheiros trabalhadores ambulantes. A realidade hoje que nós vivemos, na cidade de São Paulo, pela atual situação econômica não dá para criminalizar o trabalhador ambulante em nenhuma instância, principalmente o companheiro do corre, porque ele participa da economia da Cidade. Todo dia ele sai da sua casa, contribuindo com os empresários, e sua mercadoria é sempre levada. Ele sempre é recriminalizado(?); e o companheiro, trabalhador ambulante precisa do corre, ela precisa desse apoio da Prefeitura. Ele precisa desse apoio do Estado, porque ele é um pai de família, que sustenta a sua família do seu trabalho, e ele não pede nada a ninguém. Ele compra, ele corre. Então, ele é um empreendedor que participa da economia da Cidade; e nós, trabalhadores ambulantes, quando a maioria são mulheres, que são lá também do fórum, temos uma parceria também com a União Nacional dos Trabalhadores Ambulantes, representada também em dez Estados. Temos também uma ONG internacional, do qual nós somos representantes aqui, no Brasil, da América Latina. O fórum são representantes da América Latina dentro da *Street Net*, uma ONG internacional dos trabalhadores ambulantes.

Companheiros, está na hora de nós unirmos e não ficarmos nessa vaidade, que eu tenho ITPU e o companheiro do corre não. A dor é de todos. A necessidade é de todos. Todos nós aqui somos pais e mães de famílias, que precisamos para sustentar a nossa família. Então, o que nós pedimos do corre, Associação Jaciara, com a parceria da central de movimento, como as brigadas populares, com o fórum dos ambulantes e com a Unciab, é que haja um diálogo com o Poder Público, para que possa abrir licenças provisórias para os eventos e licença alternativa de horário para os trabalhadores ambulantes do corre. Nós sabemos que dez mil TPU não vão contemplar todo mundo nesta cidade.

Deputado José Américo, Vereador Suplicy, como ambulantes, posso dizer aos senhores que hoje nós temos na faixa de 150 mil trabalhadores ambulantes, sendo que apenas

2.500 são cadastrados. O número é muito grande de quem está no corre e de quem realmente tem o direito. Essa é a realidade.

Nós contribuimos com o desenvolvimento da Cidade, queremos contribuir com o Poder Público na criação de mais verbas para investimento em outras áreas, porque, além da questão dos trabalhadores ambulantes, há outras áreas, como saúde, educação, pessoas em situação de rua. Enfim, há várias outras áreas que precisam de investimento da Prefeitura.

Por isso, a nossa proposta da Jaciara, Vereador e Deputado, é que seja aberto um cadastramento alternativo, como havia antigamente para o trabalhador andante, aquele que não fica parado e que haja organização das associações para cada região, para que o trabalhador tenha direito a crachá, uniforme; enfim, procedimentos que evitem que os ambulantes tomem toda a rua e para que eles tenham como respeitar o direito dos comerciantes, a porta dos estabelecimentos que oferecem café da manhã e os que vendem frutas e verduras, porque os comerciantes geralmente argumentam que nós vendemos os mesmos produtos deles, mas isso não é realidade.

Como trabalhadora ambulante há 30 anos, posso dizer que, muitas vezes, nós somos seguranças do transeunte devido à grande violência na cidade de São Paulo e nós da Jaciara, e todos os companheiros também, acreditamos que o homem sem trabalho só caminha para a degradação. Se não há trabalho, se as empresas não estão dando conta de oferecer trabalho a nós trabalhadores, nós precisamos desse apoio do Governo, tanto do municipal como o estadual, um diálogo para que possamos manter a nossa categoria respeitada, com o fim de tanta violência, como aconteceu com três companheiros nossos, que estão feridos. Para nós que queremos construir um Estado e um País dignos, isso é muito feio. Ontem, os companheiros da feirinha da madrugada ganharam na Justiça Federal a manutenção da feira, porque estão querendo acabar com ela sem discutir com o trabalhador, que tem necessidade daquele local, pois são pais e mães de família que todos os dias saem de casa em busca de uma vida mais digna. (Palmas)

É isto que precisamos exigir do Poder Público: dignidade. Quando compramos um pacote de água ou de Coca-Cola para vender, além de estamos ajudando os empresários, estamos mostrando que somos dignos, que queremos dignidade e dizendo não à violência por falta de trabalho.

Encerro dizendo, Vereador, que nós precisamos ter um diálogo com o Poder Público para que abram espaços para quem vende café da manhã. Muitas senhoras vendem em cafés da manhã, e não em porta de padaria, em toda a região da Grande São Paulo, não só no centro, produzindo seus próprios produtos. À tarde, outros companheiros vendem refrigerantes e até mesmo cerveja, apesar de existir uma lei que não pode vender. Se o bar vende, qual é a diferença de o empreendedor, que está contribuindo com a economia da Cidade? Então, acho que precisamos discutir alternativas para esses companheiros que não serão contemplados com a TPU – que são poucas, apenas dez mil –, criando-se uma alternativa e orientando os companheiros a procurar sua associação, se organizar, estar de posse de crachá e uniformizado. Além disso, fazer a vigilância sanitária, estar dentro dos padrões, que os companheiros estejam dentro dos padrões. Estou dizendo isso para todas as organizações, porque precisamos discutir isso.

Nós, da Associação Jociara queremos agradecer muito o convite e me orgulha muito o fato de, pela primeira vez, V.Exa., Vereador Suplicy e Deputado José Américo, estarem conversando com a categoria, que está muito feliz com isso. Sabemos que o Deputado José Américo está há muito tempo nessa luta, mas agora estamos realmente muito orgulhosos de ver o senhor juntamente com o Vereador Suplicy, com o Fórum dos Ambulantes, com a SMT. Nós nos juntamos e estamos dizendo que basta de criminalização, porque somos trabalhadores e queremos respeito! (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Matarazzo Suplicy) – Muito obrigado, prezada Valdina, que expressou, de maneira contundente, a violência que hoje está ocorrendo. Pelo que o seu depoimento e de outros que aqui falaram, está havendo um aumento da violência

com relação aos ambulantes e também aos moradores em situação de rua, que, muitas vezes, só conseguem a sua sobrevivência quando passam a trabalhar como ambulantes vendendo alguma coisa.

Eu queria lhes informar que foram convidados os Secretários, e representantes, da Secretaria Municipal de Direitos Humanos e Cidadania; Secretaria Municipal do Trabalho e Empreendedorismo; Secretaria Municipal de Segurança Urbana e Secretaria Municipal das Prefeituras Regionais, além do Prefeito Regional da Sé.

Informo que tudo que está sendo aqui dito estará registrado nas Notas Taquigráficas, cujo conteúdo será encaminhado a todos os Srs. Secretários.

Registro a presença da Sra. Aldenir, Diretora da União Nacional dos Deficientes Físicos, que fará uso da palavra agora.

A SRA. ALDENIR – Bom dia. Que a paz de Deus esteja com todos. Em nome do Senhor Jesus, amém! Independentemente da fé, da religião, da raça ou da cor, somos todos irmãos perante Deus e às leis da Terra, embora elas falhem.

Estou presente hoje nesta reunião como Diretora da União Nacional dos Deficientes Físicos, delegada por Nilo Vaz, Presidente da Unadef, que, por motivo de força maior, não pode se fazer presente. Em nome da Unadef, cumprimento todas as lideranças da Mesa, os portadores de deficiência presentes, as senhoras e senhores.

Na Unadef, não falamos que somos deficientes e sim portadores, mas com qualidade e com capacidade de vencer as nossas barreiras e as nossas dificuldades, ir à luta e vencer com o suor do nosso rosto.

Portanto, eu peço a esta Mesa, ao Vereador Eduardo Suplicy, grande Senador e legislador, e ao Deputado José Américo, que entende a nossa dor, que, ao reformar essa lei, não se esqueça de uma única vírgula, que dentro da lei conste que o cadastro seja por categoria e por área; até porque as ruas não são elásticas, não conseguem ser maiores do que já são. Então, que tenham esse cuidado, por gentileza, de quando reformarem essa lei, que há

de passar – em nome de Jesus, e oro constantemente para isso –, que nós sejamos reconhecidos como classe trabalhadora que somos – e já somos desde a nossa Prefeita Luiza Erundina.

Então, que qualquer reforma na lei seja por categoria e sejamos chamados para ser classificados, para assinarmos o TPU, por área e por categoria, de acordo com a sua classificação. Em nome da Unadef, faço esse pedido.

Muito obrigado. Tenham todos um bom dia. Amém! (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Matarazzo Suplicy) – Muito obrigado, Aldenir, Diretora da Unadef.

Agora vamos passar a chamar as pessoas que se inscreveram.

Primeiramente a Sra. Antonia Cileide, Presidente da Cooperativa dos Vendedores Autônomos do Parque Ibirapuera. Peço à Sra. Antonia que conte um pouco da história da cooperativa, como ela se formou e como vem se tornando cada vez mais um exemplo da formação de cooperativas.

A Antonia é uma pessoa muito especial, mas também sou muito amigo da Selma que foi presidente da cooperativa. Se me permitem, gostaria de lhes contar o seguinte: era o ano de 2000 e, em função de ser um frequentador do Parque Ibirapuera desde a adolescência, desde sua inauguração, onde muitas vezes ando e faço corrida, certo dia, aquela pessoa, presidenta da Associação dos Vendedores Ambulantes do Parque Ibirapuera, chegou a mim e me disse: “Senador, nós estamos muito preocupados porque recebemos a ordem para sairmos do parque até outubro – e era janeiro e –, porque vai ser feita uma licitação em que cinco grandes empresas poderão tomar conta de cinco quiosques cada, e nós que estamos aqui poderemos trabalhar como empregados dessas empresas, se conseguirmos. Mas como é que vai ser se muitos de nós aqui temos mais idade? Alguns já trabalham aqui desde a inauguração do parque pelo Jânio Quadros, em 1954 e outros têm alguma deficiência e não vai ser fácil”.

Conversei com ela e disse: “Que tal vocês formarem uma cooperativa para se apresentarem à Prefeitura?”. Ela achou uma boa ideia e outra senhora, que se chama Vivian Vieira, uma frequentadora do parque com 12 anos de experiência numa cooperativa de Cotia, cujo estatuto foi escrito por ela e até hoje ela é assessora dessa cooperativa, que se formou com aproximadamente 115 pessoas.

Naquele mês de janeiro, me lembro de ter ido ao Pátio do Colégio, quando estava havendo a missa de aniversário da Cidade e conversei com o então Prefeito Celso Pitta e com o Secretário do Verde e Meio Ambiente, Sr. Ricardo Ohtake sobre as pessoas que trabalhavam no parque, que elas desejavam fazer uma cooperativa, que seria muito melhor do que fazer aquela licitação e iria dar a elas uma forma de estarem se autossustentado com muito mais dignidade. Afinal de contas, elas cooperam com todos os frequentadores do parque; quando a gente pede alguma informação, a localização da Bienal, do Museu Afro Brasil, do Planetário, elas informam. Além disso, ajudam a encontrar alguma criança desaparecida e chegam até a guardar objetos como carteira e celular para as pessoas enquanto elas correm no bosque. Elas sempre fizeram isso para mim.

Felizmente o Prefeito Celso Pitta e o Ricardo Ohtake aceitaram a sugestão; foi formada cooperativa e existe até um livro que a jornalista Mônica Dallari escreveu, para o qual entrevistou as 115 cooperadas, contando sua história, de onde vieram; muitas vieram do interior do Nordeste, de Minas Gerais, de São Paulo, do Paraná e chegaram aqui em São Paulo procurando uma oportunidade de trabalho e, com dificuldade, começaram a vender Gatorade, água de coco ou algo assim no parque.

Quero aqui assinalar isso, porque o exemplo que vocês deram de como formar uma cooperativa de vendedores ambulantes é muito importante, inclusive para aqueles que trabalham no Parque do Carmo, no Parque da Cidade e outros, que podem e estão seguindo esse exemplo. Selma, venha pertinho da Antônia porque você presidiu por quatro anos a cooperativa, pra que vocês contem essa história tão bonita.

Antônia com a palavra.

A SRA. ANTÔNIA – Bom dia a todos da Mesa, bom dia a todos ambulantes, cooperados, vendedores que trabalham na rua, aqueles que têm licença, aqueles que não têm, mas todos tem a mesma necessidade. Todos são iguais, não só perante a lei, mas perante todos. Todos estão trabalhando na rua ou em parques, em áreas fechadas, mas as necessidades são iguais. A luta do vendedor ambulante que é discriminado, principalmente pessoas nordestinas. Eu fui muito discriminada, os usuários passavam por mim, eu estava com a minha caixinha de isopor, falavam: sai do meio, marreta, fica atrapalhando!

Tudo isso a gente superou porque o Brasil é nosso, o trabalho é direito de todos dado pela Constituição, é direito ao teto, é direito ao trabalho, coisa que infelizmente falta muito pra nós, e não só pra nossa classe ambulante, mas pra todo cidadão que precisa de trabalho, que precisa de um teto.

Senhoras e senhores, não é fácil a questão do ambulante. Eu vim em todas as audiências públicas quando falaram da concessão e da privatização. Quero dizer a vocês que aqui hoje era pra estar lotado - porque as pessoas precisam tá informadas, principalmente as que preside as suas entidades, que já é um passo a frente em termos de organização - isso aqui era pra estar lotado. A gente se sente meio decepcionado, mas, enfim, o que pode ser feito? A população está meio desacreditada, que possa ser feito alguma coisa; desacreditada, às vezes, do poder público.

Quero dizer a vocês o que é desorganizado, o que não tem regras e normas não funciona, vira uma coisa desorganizada, que o poder público vai tomar providência pra, de alguma forma, arrumar a situação porque nós trabalhando desorganizado, nós vamos ser uma população que vai reclamar. Por isso é importante que as entidades se organizem para que tenha regras e normas. Se você tiver regras e normas, se você for procurar o poder público, se você vai procurar a Prefeitura, o Estado, advogado, Ministério Público, e vocês são organizados, estão fazendo as coisas correta, tudo dentro da lei, é um passo a frente. Nossa,

esse pessoal quer mesmo, quer trabalhar na rua. Trabalhar na rua não é fácil, você está exposto a tudo, exposto a chuva, sol, ao perigo, ao risco de vida. Nós, ambulante, nós temos uma vida até mais curta, estamos expostos à doença, a tudo!

Quero dizer que houve a concessão dos parques. Então hoje é mais fácil que a Prefeitura, que as entidades pegarem e venderem ou concessionar parques, os estádios porque eles não querem administrar. O que é mais fácil? Dar pra outro administrar. Vocês acham que é fácil regulamentar a situação ambulante? Não é! É difícilíssimo, é uma coisa bem difícil pra Prefeitura. Conheço o Zé Américo desde 93, e *nós já se organizava dentro do parque*, eu já brigava desde 93, registrada, e fora as outras que eu andava pelo parque. Ele é um conhecedor das leis da Prefeitura, é ambulante também.

Não é fácil nem pra o poder público nem pra nós, mas quero dizer quer tudo que tem regras, normas e organização, vai pra frente. Agora o que não podemos é cruzar os braços porque hoje eles querem fazer? A Feira da Madrugada, o que é mais fácil? Privatizar, dar pra empresa, e a Prefeitura vai dizer: graças a Deus, tirei esse peso da minha cabeça, não vou correr atrás, não vou fazer nada! A empresa chega lá e diz: é dentro da minha regra, vão pagar o que eu quero. Não quer? Tem um monte que quer, estou até fazendo um favor pra vocês. Vou dizer pra vocês, pra não dizer que não é, vocês vão participar como tem na concessão dos parques, está lá! E vai nos absorver porque é promessa da Prefeitura, do Prefeito e se é promessa, pra mim é assim, se ele não cumprir, a palavra dele tem fé e se tem fé, eu vou atrás.

Ele disse nas audiências públicas – acompanhei todas – ele falou, tudo bem, vocês vão continuar trabalhando, mas que forma vamos trabalhar? É como o pessoal da Feira da Madrugada, pra nós, pra vocês, é pra nós *botar* os olhos de molho porque o de vocês está ardendo, o nosso tem que *botar* de molho porque vão fazer a mesma coisa. Eles vão fazer diferente? Não, não vai! Pode ser que faça diferente porque *estamo* em cima, espero que sim. Mas é muito mais fácil pegar e dar pra uma pessoa administrar, tirar esse problema porque a Prefeitura não vai ter problema nenhum com ambulante. Eles vão dizer: aqui, eu comprei o

pedaço, quem manda sou eu, as regras são ditas por mim. Quer, meu filho? Não quer? Tem um monte que quer, tem outro, outro e outro que quer. Você não quer pagar x? Tá bom, outro lá paga. E tem empresário que diz: essas cinco barraquinha? Eu compro, eu compro, fica pra mim.

É um trabalho pra uma empresa, é uma empresa que vai ganhar, ela só vai ganhar o dinheiro. Agora, olha pra nós, quantas pessoas vai deixar de trabalhar? Aqui são quantas família sustentada? Quando falo de uma pessoa, não falo de uma pessoa, falo de cinco, dez, que é o que nos traz atrás de nós. Só que o empresário vem, é ele só que leva, vai só pra o bolso dele. E a população que precisa trabalhar? E o desemprego que está? Tem muito desemprego hoje, não tem como, não tem como.

Veja bem, pessoal que vende cafezinho na rua, quatro, três hora da manhã uma senhora sai e tá arriscando a vida pra vender bolo. Faz em casa ou compra na padaria, está dando trabalho pra outra pessoa, e vai vender na rua por quê? O trabalhador não quer ir na lanchonete comprar café, ele quer comprar dele, ali, porque é mais barato porque pra o custo de vida dele é mais barato. Por sinal, o que vende o cafezinho na rua é bom, o cafezinho é feito na hora, não guarda pra depois, é tudo fresquinho.

Então é uma necessidade da população. Se as pessoas estão na rua vendendo é porque tem comprador; se as pessoas estão na rua, na 25 de Março, fervendo que nem formiga, por que é assim? As lojas vão atender aquela população toda? Não vai! Se não é o vendedor ambulante que está lá pra servir, e também vendendo na Cidade a informação. Veja se nessa Cidade tem alguém que dê informação. Procura um vendedor ambulante, vai no Parque do Ibirapuera, vê se tem informação. Nem as pessoas que trabalha no Parque do Ibirapuera sabem, não sabe nem o lugar que vai trabalhar. Tô vindo trabalhar no Parque, qual é o portão que eu vou? Agora vê tá lá o cidadão pra dar informação pra população.

Nós somos 115 com mais 53 cooperados que estamos lá praticamente 24 horas. O trabalhador vendedor, ambulante, Cooperativa, estão lá trabalhando, não tem hora de almoço,

não tem hora de janta, não tem feriado, não tem domingo, está lá direto – chuva e sol – para atender à população em informação, vendendo, ajudando no que for preciso e até, como todos falam, não somos segurança, mas somos atentos no ambiente que estamos trabalhando e se vemos algo diferente, comunicamos aos outros e já ficamos em observação porque estamos em um espaço público. Tudo isso pode acontecer na vida da gente e por em risco a nossa própria vida.

Não somos só vendedores ambulantes, somos pessoas que estão lá olhando o ambiente, cuidando da nossa vida e de alguma forma também contribuindo com a população com a segurança.

Essa questão de privatização, concessão estamos aguardando porque foi prometido pelo Prefeito que iria nos absorver no parque trabalhando. A empresa teria de fazer isso. Estamos aguardando. Como? Eu não sei, eles não falaram. Quanto vamos pagar? Não sei. Qual é a quantidade de pessoas?

A coisa é muito complicada. Coloco-me na posição do empresário, por exemplo, e ganhei a 25 de Março ou o Parque Ibirapuera. Como empresária, vou contratar porque tem muita gente desempregada com estudo, muitos jovens formados, bonitos, eu vou contratar quem? Essas pessoas para trabalhar no meu ponto de venda porque eu quero ter boa apresentação.

Nós, do Ibirapuera, não temos estudo. Somos quase todos semianalfabetos, mas sabemos vender muito bem. Temos de prestar atenção na situação para que depois não venham falar que não sabem o que aconteceu. É preocupante.

Cabe à Prefeitura conversar, sentar com a população para resolver porque é insustentável e não tem como voltar porque a população de vendedores é imensa e a necessidade da população é imensa e nós contribuimos sim porque São Paulo precisa de nós. Se não precisasse, não estaríamos na rua em massa.

Espero que nas novas reuniões os cooperados e vendedores ambulantes venham e

participem porque é bom ter informação. Não precisa saber ler, mas precisamos ouvir.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Matarazzo Suplicy) – Vamos ouvir o Sr. Alcides de Oliveira Franco, do Sindicato dos Permissionários.

O SR. ALCIDES DE OLIVEIRA FRANCO – Bom dia a todos.

Gostaria de me apresentar. Sou Alcides, vice-presidente do Sindicato dos Permissionários e representamos os vendedores ambulantes que tem Termo de Permissão de Uso, são as atuais barracas que vocês veem na Cidade. E aí eu sou ambulante desde 1981 e estou na militância desde 1989, quando eu conheci o nobre Deputado José Américo. Durante todo esse tempo, a gente vem sofrendo, e muito, porque, infelizmente, somos o patinho feio da situação. São poucas as pessoas que gostam de ambulante.

Vou me ater a falar um pouco da parte técnica, porque participei diretamente da elaboração do substitutivo do Vereador José Américo e participamos também da luta, junto com o Centro Gaspar Garcia e outras entidades, para a ação da juíza Carmem. Tivemos que fazer uma das maiores manifestações que esta cidade já viu, em frente ao TJ de São Paulo, com a ajuda na época do Vereador José Américo, e foi uma revolução.

Hoje não existe nenhum Termo de Permissão de Uso do comércio ambulante válido na cidade de São Paulo, estão todos revogados ou cassados. Estamos trabalhando por força de liminar, que é a ação da juíza Carmem. E o que aconteceu para chegarmos a isso? No governo Serra-Kassab, foi praticamente montada uma situação para exterminar o comércio ambulante da cidade de São Paulo. Então, eles criaram um mecanismo de revogação e cassação. A Lei 11.039, infelizmente, não dá uma sustentabilidade para a garantia do comércio ambulante da Cidade. Se não me engano, no artigo 22 ou no 21, está dito o seguinte: para se cassar um Termo de Permissão de Uso, tem que se ter o aval da Comissão Permanente de Ambulantes. Mas, para revogar esse termo, não há necessidade disso. Então, o que eles fizeram? Para vocês terem uma ideia, na Subprefeitura da Sé eram 1.944 Termos de

Permissão de Uso; hoje existem apenas 440, por força de liminar de 2012. Eles exterminaram com a categoria. E os deficientes foram os que mais sofreram, porque tinham horário para chegar aos equipamentos. Quando chegavam atrasados, eles puniam com processo administrativo. O cidadão recorria do processo, mas nunca ganhava.

Então, a gente fez questão de tentar mudar isso no substitutivo porque quando você muda uma lei, não pode criar uma nova lei com vários argumentos diferentes. Você tem que mudar a lei com base nos artigos que já existem. Isso é uma parte técnica muito complicada, que vocês precisam entender e, lógico, os jurídicos do Suplicy, da Câmara Municipal e do Deputado José Américo poderão explicar melhor. Então, esse foi um dos pontos que contribuíram para extermínio do comércio ambulante na cidade de São Paulo.

Mais uma informação que vou passar para vocês, da qual poucos inclusive têm conhecimento. Inclusive, Vereador Suplicy, agora, no dia 21 de outubro, foi publicada, no *Diário Oficial*, uma portaria da Secretaria das Prefeituras Regionais. Prestem atenção: essa portaria proíbe a emissão de Termos de Permissão de Uso por 365 dias, a partir de 21 de outubro. Assim, de acordo com a Prefeitura, só a partir de outubro do ano que vem qualquer uma das subprefeituras poderá emitir Termos de Permissão de Uso para a categoria de ambulantes, com exceção de bancas de jornal, comida, *foodtruck*, com exceção de mesas e cadeiras *etc.*

Vou deixar uma cópia da portaria para a Mesa, porque não adianta mudar a lei. Essa portaria vem rodando desde 2011. A gente está em 2017. Alguns governos faziam-na a cada seis meses. Outros preferem a cada ano. Ou seja: como é que você pode fazer uma lei regulamentando o comércio ambulante sendo que existem portarias que podem ser feitas por um Secretário que proíbe a emissão do TPU. Então, é como se você estivesse enxugando gelo. Você faz uma lei muito bonita, muito perfeita, mas a Prefeitura fala: “Opa, no meu governo eu não quero emitir Termo de Permissão de Uso; então, vou lá e faço essa portaria”. Vocês estão entendendo?

Mudamos muitos dos artigos da lei, muitos, muitos, muitos; não dá para pincelar

aqui quais foram. Mas todos aqueles que tiveram problemas na gestão Kassab em relação a horário... Só para vocês terem ideia, o horário de funcionamento das barracas era de 8 às 20 horas na gestão Marta. O que o Kassab fez? Se você montasse a banca após as 8 horas, ele te multava. E se você montasse a barraca antes das 8 horas, ele também te multava. Se você desmontasse o seu equipamento antes das 20 horas, você também era multado. Até aí, tudo bem: você vai lá e paga a multa. Só que não era bem assim. Você era multado, isso se transformava num processo administrativo, você recorreria, nunca ganhava e tinha o Termo de Permissão de Uso revogado por conta disso. Quantos e quantos ambulantes tiveram seu Termo de Permissão de Uso revogado? (Pausa)

- Manifestações no recinto.

O SR. ALCIDES BENVINDO DE OLIVEIRA FRANCA – Exatamente. O cidadão que te multa, é ele que recebe o seu recurso. Ele que julga o seu recurso, olha que coisa absurda! A gente tenta mudar isso. Gente, isso não existe, não tem lógica. O TPU, para vocês terem ideia, tem uma lei específica, só para ele. Porque Termo de Permissão de Uso não é só para comércio ambulante; até para você abrir uma vala no chão, a Eletropaulo, por exemplo, necessita de uma permissão de uso da Prefeitura. Existe uma lei específica, e ele é a título precário, oneroso e intransferível. E no caso de ambulante, só para autônomo.

O Sampaio falou muito bem aqui do microempreendedor. O microempreendedor hoje, pela atual legislação, não pode ser ambulante, porque ambulante é autônomo. Como eu sou empresário? Queira sim, queira não, microempreendedor é empresário. O problema é que você, sendo empresário, como vai ter um Termo de Permissão de Uso? “Não pode”. Isso, nós também mudamos no substitutivo. É uma coisa extremamente absurda.

Além disso, há outras coisas, como tamanho de equipamento. Outro agravante: patrimônio tombado. Poxa, praticamente a Cidade inteira é tombada. Viaduto Santa Ifigênia tem 100 anos; Theatro Municipal, 100 anos. Não pode haver Termo de Permissão de Uso a menos de 20 metros de um patrimônio tombado. Isso está na Lei 11.039, que hoje regulamenta

o comércio ambulante. Como é que você vai fazer isso? Você tem que mudar. Cinco metros da faixa de pedestre, 5 metros do orelhão, 5 metros da boca de lobo, 5 metros do táxi. Meu amigo, é impossível você regulamentar o comércio ambulante hoje na cidade de São Paulo para 10 mil Termos de Permissão de Uso com a atual legislação, da forma como ela se encontra. É complicado. Por conta disso, e sem o apoio das autoridades... Para vocês terem ideia, se formos juntar todos os processos que temos contra a Prefeitura desde 1990, 1991, talvez se se colocar todas as folhas, uma ao lado da outra, daria para dar a volta ao mundo! As entidades processaram a Prefeitura tanto individual como coletivamente. Porque todos esses ambulantes que perderam seus Termos de Permissão de Uso entraram com processos na justiça - individuais ou em conjunto - antes do processo da juíza, tentando reaver seus Termos de Permissão de Uso. Todos, todos levaram pau. Se hoje tem 10 processos correndo na justiça, válidos, individuais, em todas as subprefeituras, é muito, minha gente.

Então, o Sindicato dos Permissionários se coloca à disposição desta Mesa e da Comissão para, juntos, elaborarmos essa nova legislação. A gente tem muita experiência em relação a isso. A gente já sofreu muito em relação a isso. Os portadores de necessidades especiais são os que mais sofrem. Imaginem. Está ali o companheiro Cícero, deficiente visual. Quando ele chega no metrô, ele precisa de um guia para conduzi-lo até o metrô. Na época do Kassab, quando José Américo esteve na Subprefeitura da Sé, como ele já disse aqui, havia um companheiro chamado Daniel, um carrasco em pessoa, que você expulsou de uma sala na Subprefeitura da Sé. Esse cidadão era realmente um carrasco. Então, como funcionava? O Cícero tinha que estar no equipamento dele às 9 horas, só que ele se atrasou no metrô. Então, esse Daniel chegava ao equipamento: “Termo de Permissão de Uso, Sr. Cícero”. “Ah, ele está aqui do lado, no metrô”. “Não interessa”. Ele pegava o Termo de Permissão de Uso e levava embora. Quando o Sr. Cícero ia lá falar com ele, ele dava uma bronca no deficiente visual, como se o deficiente visual fosse culpado por toda aquela situação. Era aberto um processo administrativo, e ele perdia o Termo de Permissão de Uso. Quantos e quantos deficientes

perderam o Termo de Permissão de Uso! Isso sem falar nos óbitos. Imaginem um cidadão que tem 70 anos: se ele perde o direito ao trabalho, ele entra em depressão. A Prefeitura tinha que ser processada por todos esses óbitos, todas essas pessoas que morreram por conta disso. Só que a gente não tem respaldo de absolutamente ninguém da justiça. Com exceção aqui da Defensoria Pública – é algo impressionante -, todo mundo vira as costas para o comércio ambulante, seja ele regulamentado, seja ele irregular. É uma coisa impressionante nesta cidade.

Uma vez, na Vila Mariana, eu participando de uma Comissão Permanente de Ambulantes, um cidadão teve a pachorra de falar numa mesa que a barraca que estava montada defronte ao prédio desvalorizava o apartamento que ele tinha comprado por vários milhões. Se eu fosse um cara violento, eu tinha dado umas porradas nele, porque é algo absurdo. Isso acontece muito, e muitos desses imóveis espalhados pelo centro da Cidade são de propriedade de juízes, de advogados, de pessoas muito importantes. Como é que essas pessoas vão querer o ambulante na frente do seu prédio? É como feira livre. Todo mundo quer uma feira livre perto de casa, mas ninguém quer uma feira livre na sua rua. Já pararam para pensar nisso? Nós somos o patinho feio. Por isso, eu imploro a vocês: gente, pelo amor de Deus, vamos nos debruçar sobre isso e fazer uma lei que contemple a todos, e que a gente trabalhe com dignidade. Muito obrigado. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Matarazzo Suplicy) – Obrigado, Sr. Alcides, por suas observações críticas e sugestões. Agora, vamos ouvir Moacir Joaquim Nascimento, da Comissão dos Permissionários de São Mateus.

O SR. MOACIR JOAQUIM NASCIMENTO – Graças a Deus por estarmos aqui. Primeiramente, quero dar bom dia a todos e a todas. Diante da circunstância em que se encontra a Vereadora Juliana Cardoso, eu peço que todos tenham pensamento positivo para que logo, logo ela esteja aqui entre nós. Também quero parabenizar a Vereadora Juliana Cardoso bem como a Mesa, que convocaram esta audiência pública.

Sou Moacir, estou representando a Comissão de Permissionários do Distrito de São Mateus. Sou representante da sociedade civil. Peço a todos que a reivindicação que todos fizerem seja para suprir a necessidade de todos os companheiros que não puderam estar aqui devido ao fato de ser hoje dia de semana. Obrigado a todos, pois o tempo está curto. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Matarazzo Suplicy) – Muito obrigado, Sr. Moacir. Vamos ouvir o Sr. Luciano Fernandes, do Sintesp.

O SR. LUCIANO FERNANDES – Boa tarde, companheiros, Boa tarde à Mesa. Eu gostaria de falar o seguinte: muitos falam que o vendedor ambulante é criminoso, que está na rua e faz sujeira *etc.*. E comecei na rua em 1974 com meu pai, que era mascate. Inclusive, na gestão Erundina, o Sr. Rubens Possati cansou de apreender mercadoria minha; não é, Rubens? Na gestão Marta, na gestão Erundina. Mas nós temos que agradecer a você, porque você na época foi o que mais emitiu TPU para o ambulante em São Paulo. O Sr. Rubens, eu lembro muito bem. (Palmas) O Sr. Rubens foi o que mais emitiu TPU.

Na rua, graças a Deus, formei meus dois filhos. Minha filha fez duas faculdades, meu filho fez uma faculdade, e hoje eles são ambulantes também. Nenhum é criminoso. Todos são ambulantes. Meu filho falou: “Pai, eu não vou trabalhar de engenheiro agrônomo lá no Mato Grosso para ganhar uma miséria; não, eu vou ser ambulante igual ao senhor. Assim como o senhor me formou, vou formar os meus filhos”. “Eu não tenho vergonha disso, não; eu não tenho vergonha de o senhor ter sido vendedor ambulante, não”. Aqui ninguém é criminoso.

Eu também gostaria de falar para o Suplicy o seguinte: a ideia deles é pegar uma área pública, pegar os ambulantes, jogá-los hoje dentro de uma nova área pública para a gente formar um fundo de comércio para depois isso ser licitado, igual foi a Feira da Madrugada. Hoje vamos voltar para a rua, vamos voltar para o passado. Começamos na Rua Direita. A Rua Direita era o shopping de São Paulo, era a coisa mais linda. Da Rua Direita, fomos para a General Carneiro. Na General Carneiro, a perseguição era muito grande. Descemos para a 25 de Março de madrugada, continuou a perseguição. A Marta tomava uma multa diária de 100

mil reais do Ministério Público. A Prefeitura foi notificada, era uma multa diária de 100 mil reais. Aí, ela deu um prazo para nós, falou: “Gente, até o final do mês vocês não vão poder ficar mais aqui”. A gente foi avisado. Na época, fomos procurados pelo Afonso: “Pessoal, vamos para o Brás”. Resistimos até o último dia tomando borrachada, todo mundo arrebetado. Depois de muita luta: Brás. “Vamos para a Rua Oriente”. Rua Oriente, veio esse espaço do Governo Federal. Diziam que era um projeto social. Foi licitado. O que aconteceu hoje: O senhor acha que a gente vai ter direito de trabalhar naquele shopping? Não vai ter condições. Eles vão falar que é preço social, mas sabe o que vai acontecer? O condomínio vai nos engolir! Nós vamos voltar para as ruas, como já estamos voltando. Já estamos voltando para as ruas.

Hoje temos o que? Tem a Henrique Dias, se pegar ali da Henrique Dias para a frente, não tem um TPU naquele largo na região do Pari. Por que não novos TPUs na região do Pari. Isso seria interessante, né Rogério? Tem algum TPU no Pari. Não tem nenhum TPU na região do Pari. Por que não saem novos TPUs para aquela região? É uma região grande, dá para agregar vários ambulantes que estão lá correndo da Polícia. Dar uma oportunidade para esse pessoal, é uma área grande, que dá para conseguir colocar vários ambulantes que estão lá correndo, tomando ‘porrada’.

O que eu tenho a dizer é isso, e que o senhor olhe por nós porque estamos voltando para a rua. Inclusive, seu Alex, vamos voltar para a rua, vamos voltar ao passado, não teremos condições de pagar um aluguel num shopping, que nem a companheira falou aqui. A companheira do ‘corre’ está falando. Nós também viemos do ‘corre’. Aí jogaram a gente numa área, licitaram e hoje estamos voltando para o ‘corre’. Nós vamos voltar para o ‘corre’, toda vida trabalhamos no ‘para-quedas’, vamos voltar para o ‘corre’. Ou senão vamos atrás de outro TPU para trabalhar na rua, porque pagar aluguel absurdo para os bacanas, não vamos pagar não. Não vamos pagar não. Companheiros vamos à luta, estamos juntos. Se a companheira precisar de uma manifestação, estamos juntos. Obrigado a todos. Boa tarde.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Matarazzo Suplicy) – Obrigado. Prezado Luciano,

importante o seu depoimento. Gostaria de passar a palavra agora à Sra. Antonia de Lourdes Moreira, que, inclusive, aqui representa as pessoas com alguma deficiência. Por favor, pode chegar ao microfone, fico ao seu lado.

A SRA. ANTONIA DE LOURDES MOREIRA – Bom dia pessoal, bom dia à Mesa. Em primeiro lugar, quero agradecer ao Vereador Suplicy, essa pessoa maravilhosa. Quando o Prefeito Haddad queria jogar os permissionários no Brás, tivemos num acampamento dormindo num viaduto, foi o Suplicy que conseguiu que o ex-Prefeito atendesse a gente. Obrigada. Deus te abençoe, muito, muito.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Matarazzo Suplicy) – Dona Antonia, com licença, queria só informar, o José Américo tem um compromisso agora, e ele vai precisar se ausentar. Quer dizer alguma palavra antes de sair? (Pausa)

O SR. JOSÉ AMÉRICO – Pessoal, o som está um pouco baixo, o Vereador Suplicy está me lembrando que todas as sugestões estão sendo recolhidas pela assessoria dele e serão levadas em consideração. Precisamos melhorar esse projeto porque ele vai ser votado, é o substitutivo que vai ser votado, então precisa melhorar esse projeto, porque é muito importante que tenhamos isso e, talvez, a sugestão fundamental que o Alcides colocou: a lei não pode ser suspensa por portarias, como arbitrariamente todas as Administrações – de 2011 até hoje – o fizeram.

Vocês entenderam né? Está lá que vocês podem pedir novos TPUs, e aí vem a Administração e suspende. Era isso, tá bom? Pessoal, um super abraço, contem comigo sempre. Até mais. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Matarazzo Suplicy) – Obrigado, José Américo. Estamos juntos. Pode prosseguir Dona Antonia, por favor.

A SRA. ANTONIA DE LOURDES MOREIRA – Então agradeço imensamente ao Suplicy, toda vez que nós precisamos, ele está sempre disposto a nos atender, a nos ajudar, se for o caso, a enviar algum documento.

Agradeço também à Defensoria, num modo muito especial ao Bruno Ricardo Miragaia, que não pode estar presente conosco, mas onde ele está, ele está torcendo por nós.

Quero falar também sobre os deficientes, que estão sendo marginalizados, principalmente pela SubSé. Nós fomos humilhados, principalmente o pessoal que trabalha no Centro novo, que está tendo muito represália em cima dos deficientes. Eu queria dizer só assim: a Prefeitura não precisa se preocupar em tirar a gente, porque, hoje, nós somos deficientes, somos idosos, pessoas bastante doentes, por isso gostaria que prestassem mais atenção aos nossos deficientes.

Estamos na luta, sempre, espero que consigamos avançar nesse nosso trabalho e, obrigado a todos. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Matarazzo Suplicy) – Obrigada, Dona Antonia. Por favor, pode se sentar. (Pausa) Agora o Sr. Alex Omar Cabral, assessor dos microempreendedores da Feira da Madrugada.

O SR. ALEX OMAR CABRAL – Bom dia todos os presentes, bom dia ao Vereador Suplicy, à Mesa, desde já quero agradecer a presença de todos e pedir a união de todos. O mais importante é a união de todos, porque estamos num momento histórico, o que está acontecendo como trabalhador da Feira da Madrugada, vai acontecer com todo trabalhador na cidade de São Paulo. Estamos numa gestão que é capitalista e temos de resistir contra esse capital sujo desse País.

Nós, trabalhadores da Feira da Madrugada, como o Luciano falou, viemos da rua. Só que quando fizemos com muita luta, com endereço de trabalho, do lugar de onde todos levam o sustento para casa, o Poder Público dessa Cidade licitou essa feira, licitou para um grupo de empresários que não tem nenhuma sensibilidade nem com o trabalhador, nem com o microempresário. Eu vou dar exemplo: o Sr. Zu que é um chinês, um dos sócios, que só tem 15%, veja o que acontece, na CPI ele falou que já recebeu 17 milhões e não tem um funcionário, e cadê o Poder Público dessa cidade? Cadê o Ministério Público dessa cidade?

Onde que está que um empresário fala que recebeu 17 milhões e paga 5%? Onde o microempresário, o megaempresário, paga de 20 a 35% sem ter condições de manter suas empresas?

Vou dar outro exemplo: tenho uma microempresa, na qual tenho 15 funcionários, é uma microempresa familiar, registrados, sendo 28 costureiras terceirizadas, por eu e o Gil, e outros companheiros que lutamos para abrir essa CPI e hoje estou sendo perseguido, até meus comércios que eu tinha dentro da feira estão sendo fechados, e seu eu não puder trabalhar? E sabe por que? Porque eu na época de campanha não tenho o dinheiro para bancar campanha de político nenhum.

Nós, pequenos empresários, não temos dinheiro para bancar político nenhum, mas temos dignidade, nós temos direito e temos trabalho, e nós mantemos essa cidade. Pagamos os impostos e ajudamos no desenvolvimento dessa cidade.

Vereador Suplicy, quero dizer para o senhor, se não fosse essa Casa e os 55 Vereadores e Vereadoras, em junho nós já estaríamos na rua, como o Luciano falou, como vocês falaram. E se é 140 mil ambulantes na rua, serão 144 mil fora mais 60 mil das oficinas que trabalham para a Feira da Madrugada e para a cidade de São Paulo, que vão voltar para as ruas. Afinal, o Poder Público sem nenhuma sensibilidade licitou uma feira que é da União Federal, passou para a Prefeitura para dar a um grupo de empresários que, infelizmente, não contribuem nem com emprego, nem com imposto para essa Cidade.

E, ainda por cima, cada um de nós, os deficientes físicos não têm o direito de trabalhar, mas o IPTU das nossas casas vêm para pagar. Sabe o que a Prefeitura dessa cidade fez ou isentou o IPTU ou está cobrando uma taxa mínima prejudicando os cofres públicos da Cidade, mas isso é porque o Poder Público, o Ministério Público parece que botou uma tala nos olhos, a Defensoria Pública parece que tapou a boca e o Ministério Público parece também que não enxerga, como muitos deficientes aqui, e só enxerga um grupo de empresário. Infelizmente, nessa cidade é assim.

Quero dizer a vocês que nós vamos à luta, são mais 60 mil na rua não, porque estou disposto a doar a minha vida, a vida da minha família, para resistir e para que os que fiquem trabalhem com dignidade para levar o sustento para casa.

Então peço encarecidamente a cada um de vocês, ambulantes, que pense, que una-se e quando aquele que ganhar o TPU, que tiver um outro companheiro que não tenha o TPU, faça de conta que ainda não recebeu e continue na luta. Não fique atrás de um TPU porque você tem o direito de trabalho, quando aquela família que não tem o TPU está como você hoje, correndo da Polícia, levando tira da Polícia, apanhando da Polícia. Nós não podemos negar o nosso esforço e a nossa luta junto com esses trabalhadores.

Portanto, companheiros, peço mais uma vez, se todos estiverem unidos, a Feira da Madrugada não sai de lá, a rua que eles querem tiram, onde se trabalha das 2h às 6h não sai, a 25 não sai, e a zona Sul não sai, a zona Leste não sai, a zona Norte não sai, e lugar nenhum sai. É o que tenho a dizer a esse Prefeito João Doria: aqui tem trabalhador! (Palmas)

É muito menos o Centro, porque o Centro não produz só para São Paulo. Companheiros da Defensoria Pública, o Centro dessa Cidade, o camelô, o microempresário produz para o País inteiro, até para o resto do mundo que vem (ininteligível) para a cidade de São Paulo, trazendo produtos, muitas vezes contrabandeados, pirateados, mas no porto até a Justiça Federal e o Ministério Público não fiscalizam, porque lá vem umas coisas contrabandeadas, vem uma mala preta em cima, que eles tragam a mala preta, e o resto pode passar. O coração está novo. E se morrer hoje, morro com o maior prazer, mas sei que milhares de jovens vão sobreviver nesta cidade. E o que sabem fazer, o meus netos e minhas netas, é trabalhar como ambulante, das duas da manhã às três, quatro da tarde, para ganhar 100, 200, 300 reais. Mas é digno, e vivem muito bem com isso aí.

Para encerrar, como aqui qualquer um de vocês fazem: trabalhe com dignidade, trabalhe com honestidade. Tem muitos filhos nossos que são engenheiros, professores, tem muitos que são trabalhadores dignos desta cidade, dignos da sociedade.

Juntos, unidos, jamais seremos vencidos!! É isso aí, João Doria! Tchau! Até a luta!

(Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Matarazzo Suplicy) – Alex, a sua carta será encaminhada por mim e pelos membros da CPI – pelo Adilson Amadeu –, para o Consórcio. Depois, vou lhe dar cópia da carta que nós vamos formular.

Temos 11 inscritos ainda, e não podemos ultrapassar de maneira algumas as 13h. Então eu vou pedir que cada uma fale no máximo quatro minutos – três minutos é a sugestão –, para que possamos dar a oportunidade a todos.

Está inscrita uma pessoa especial, a Patrícia Rodrigues, Pagu.

A SRA. PATRÍCIA RODRIGUES – Boa tarde a todas e todos.

Eu me inscrevi para fazer algumas considerações. Eu não costumo fazer muito isso, mas eu tenho acompanhado, ao longo do ano inteiro, a pauta sobre a questão do comércio ambulante, também acompanhei de perto toda a questão da Feira da Madrugada, a CPI da Feira da Madrugada, os imigrantes peruanos que estão ali no fundo, os bolivianos, Feira da Coimbra. Então eu queria só fazer umas considerações.

Eu acho que a gente tem que dialogar com o projeto político que está colocado na cidade de São Paulo, e cujas ações não são apartadas do que vem acontecendo em relação à criminalização dos ambulantes na cidade de São Paulo.

A gente sabe que a meta do Prefeito João Doria é privatizar e vender toda a cidade de São Paulo, e isso começa com uma política higienista, desde a Cracolândia, que passa pelo centro da cidade, com a tal revitalização do centro da cidade, e que atinge diretamente vocês, comerciantes, ambulantes, que trabalham em todas as ruas da cidade de São Paulo.

A gente sabe que 2500 TPUs é muito pouco para a quantidade de TPUs necessárias para regularizar o comércio ambulante na cidade de São Paulo. E em vez de emitir TPU e de regularizar o comércio ambulante na cidade de São Paulo, o que o Prefeito Doria quer fazer? Quer fazer os tais *boulevards*, a céu aberto, como propõe aqui no Arouche,

criminalizando a população LGBT, criminalizando mulheres em situação de prostituição, criminalizando a Cracolândia, e, agora, quem trabalha com comércio ambulante. A ideia dele é limpar as ruas, é higienista. Aí você limpa as ruas e manda essa gente para onde? Para lugar nenhum, porque não tem proposta para apresentar às pessoas que estão na situação e para quem é trabalhador na cidade de São Paulo. Então a gente não pode apartar a discussão sobre o comércio ambulante do que é o projeto que o Prefeito Doria tem para a cidade de São Paulo, que é privatista, que é vendida, e que não é a favor de quem é trabalhador. Dito isso, queria fazer mais algumas considerações em relação à população migrante, por exemplo.

Eu acho que a gente precisa estar unificado no debate com a população migrante. Trabalhador migrante do comércio ambulante não está aqui para tirar emprego de brasileiro, e está aqui para se somar na luta com a gente que é brasileiro, que trabalha e que precisa sobreviver. E a gente precisa construir um processo mais unificado dessas lutas, inclusive porque tem oficinas de trabalhadores migrantes que empregam, inclusive, mão de obra brasileira, e a gente precisa discutir quais são todos os problemas que existem em relação à criminalização que os trabalhadores migrantes sofrem na cidade de São Paulo.

Esse substitutivo vem a calhar num momento importante, que é discutir a emissão de TPU, muito mais do que dizer que vai construir shopping popular, porque a gente já sabe o que a experiência da Feira da Madrugada virou. No momento em que o empresariado entrou para privatizar aquele processo, que não regularizou, e, muito pelo contrário, prejudicou o processo de trabalho de quatro mil pessoas que estão ali dentro. (Palmas) A gente sabe que se isso acontecer – está aqui a Antônia, do Parque do Ibirapuera; o seu Carmo, do Parque do Carmo, que são permissionários e que sabem que, no momento em que os empresários entrarem no parque, se não tiver acompanhamento desta Casa, com o que eles vão querer colocar lá, todos os trabalhadores cooperados vão se prejudicar nesse processo. Quem arca com o custo do que o empresariado faz nesses espaços, via de regra, tem sido o trabalhador do comércio ambulante.

Eu queria deixar essas palavras, dizer que a gente vai continuar acompanhando isso como mandato. Estamos à disposição. E, particularmente, contem comigo, os peruanos lá no fundo, para que continuemos nos empenhando, mantendo esse diálogo no próximo período, com o que está previsto acontecer nas ruas no ano que vem. Acho que é isso. Obrigada.
(Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Matarazzo Suplicy) – Obrigado, Pagu, Patrícia Rodrigues, que muito tem colaborado comigo no trabalho do gabinete.

Vamos passar a palavra ao Sr. Benedito de Oliveira, comerciante ambulante.

O SR. BENEDITO DE OLIVEIRA – Eu trabalho porque eu preciso. Eu tenho queimadura e tudo, tenho sido muito humilhado, muito oprimido. Eu trabalho com uma coisinha na rua lá, e a polícia me deu bastante (Ininteligível). Tomaram minha água, tomaram meu carro, alguma coisa que eu tenho tomam tudo. Eu tenho sido muito humilhado naquela rua Santa Ifigênia, o Viaduto Santa Ifigênia, na Florêncio de Abreu, ali. Eu tenho sido muito humilhado. Apanharam o meu carro, fizeram eu descer aquela escada do Metrô Paissandu. Desci para ir ao correio entregar a mercadoria toda que eu tinha, e ainda sendo muito humilhado pela polícia. Eu sei que é o direito deles, que eles são mandados, mas fizeram isso comigo. Eu não falo melhor porque eu não tenho estudo para isso, mas estou falando. Muita humilhação. Problema de queimadura, (Ininteligível) na perna, e, assim mesmo, fizeram eu descer aquela 25 de Março empurrando um carrinho por aí fora. Tem muitos policiais que são educados, mas tem uns que são muito mal para a gente, não olham a situação da gente, nada. Eu não aguento muito. Eu não estou aguentando correr. Então eu quero que você me dê uma ajuda, para eu poder trabalhar num cantinho, separado, ali, para não ficar correndo, porque eu não gosto de correr. Eu não tenho aguentando correr. Então eu entro na frente do carro. Não sei como o carro não me atropelou ainda, porque eu tenho (Ininteligível), eu tenho queimadura, que eu não vou mostrar, que é muito feio. Eu quero ganhar o meu pãozinho para ajudar a manter a minha vida, a minha esposa e os meus filhos também. Obrigado, hein. Suplicy, muito

grato. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Matarazzo Suplicy) – Tem a palavra o Sr. Rubens Possati.

O SR. RUBENS POSSATI – Alô, boa tarde a todos.

Já estamos no fim desta audiência pública, e eu só queria fazer um reparo a respeito da história.

A questão do comércio ambulante não é nova, começou lá embaixo, há muitos anos, com os vendilhões do templo. E Jesus foi lá e mandou os caras venderem na rua. Então Jesus foi o primeiro rapa da história, se vocês forem levar um pouco por aí.

Agora, o que eu acho é que é muito difícil o comércio ambulante ganhar alguma coisa se não tiver o mínimo de organização e mobilização. Sem mobilização não adianta nada.

Eu lembro que há dois meses a Feira da Madrugada fez um movimento. E o Luciano é uma das pessoas que estavam ali. A Feira da Madrugada, que tem quatro mil pessoas, e cinco mil pessoas reclamando, foram reclamar com o Doria lá do Consórcio. A Feira da Madrugada levou para esse evento, na rua, 10 pessoas.

Não adianta vir gritar aqui que é importante se vocês não estiverem mobilizados. O Prefeito é o Doria, e ele vai vetar o que vocês fizerem, o resto é papo furado. Sem mobilização, vocês não vão conseguir nada. Eu trabalhei em dois governos do PT – da Marta, da Luiza Erundina e do nosso último prefeito. Então, gente, eu não acredito em saída para vocês se não for através da mobilização. Aqui disseram: “Tem 140 mil ambulantes na rua; ali tem mais 200 mil não sei onde”. Mas se vocês não se mostrarem... Essa assembleia aqui é um exemplo do fracasso da organização de vocês. (Palmas) Isso aqui era para ter gente pendurada no teto.

E eu vou terminar dizendo assim: não vai ter nada se vocês não estiverem mobilizados. É uma farsa achar que esta Câmara Municipal vai resolver alguma coisa sem mobilização. O Suplicy é um anjo, e todo mundo sabe disso. Ele não voa porque é filhote. (Palmas) O Suplicy é um anjo, mas nós temos essa Câmara e temos o Doria, que é elitista.

Aqui não está a Luíza Erundina, aqui não está a Marta Suplicy, aqui não está o Haddad. Esse grupo que entrou aqui é contra vocês, contra os pobres, de maneira geral. Então, se não dá para juntar as pessoas e mobilizar, é o fim. Não adianta o Suplicy, com o esforço dele, o José Américo e outros companheiros que estão aqui. É necessária a mobilização de vocês. Sem a mobilização, não acontece nada, não vai acontecer nada. Não adianta a boa-fé dos nossos companheiros. Se há 140 mil ambulantes na rua, onde eles estão agora? No Brás, vendendo? Deixaram a barraca montada? Ou não? Olha quem está aqui? É isso que eu peço: ou vocês se mobilizam ou vocês vão pastar, como diria a minha mãe.

Muito obrigado. Um abraço. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Matarazzo Suplicy) – Querido Rubens Possati, tendo em conta as suas observações e sugestões, vamos estar bem atentos à tramitação desse projeto de lei. No ano que vem, eu quero convidar todos vocês, vamos avisá-los. Quando tramitar o projeto de lei, no dia de votação importante, nós vamos convidar todos para estarem aqui, conforme a sugestão do Rubens Possati.

Obrigado, Rubens, suas sugestões foram acatadas.

Tem a palavra o Sr. Benedito Barbosa, do Centro Gaspar Garcia.

O SR. BENEDITO BARBOSA – Boa tarde, companheirada. Boa tarde, povo!

Em nome do Centro Gaspar Garcia, a Cris também já fez a sua fala, já colocou as questões do nosso trabalho no centro de direitos humanos.

Quero dizer que nós estamos muito agradecidos, mesmo com a dificuldade, viu, Suplicy. Não é fácil mobilizar, articular e tentar fortalecer essa luta, que é uma luta tão difícil, que é a luta dos ambulantes. A Defensoria Pública tem nos ajudado nessa questão também, o núcleo de habitação e urbanismo e, agora, também estamos contando com o apoio da Central de Movimentos Populares. Que bom que a gente tem aqui na Câmara Municipal o companheiro Suplicy, a companheira Juliana Cardoso, que assumiram este projeto de lei, o PL 078, para levá-lo à frente porque era uma proposta do companheiro José Américo. Foi um

projeto construído com a participação de várias organizações. O Alcides já fez uma explicação de todo esse processo.

Quero dizer que agora chegou a hora de aprovar o projeto. É evidente, como companheiro que antecedeu aqui disse, se a gente não tiver força, não estivermos mobilizados, a gente não vai conseguir aprovar esse PL, vai ser muito difícil. A gente já teve dificuldade de aprová-lo na gestão passada. Mais difícil ainda nessa gestão. Sem mobilização, sem articulação ficará muito difícil aprovarmos o projeto de lei. Não basta só a boa vontade dos Vereadores, dos parlamentares, do Suplicy ou da Juliana Cardoso. É necessário que a gente pegue na mão esse processo e nós, trabalhadores, levemos à frente essa agenda.

Estava falando com a Patrícia que está conosco, junto também com assessoria da Juliana, nos ajudando nisso que a gente possa fazer logo no ano que vem outro encontro desse na Câmara Municipal. Estamos propondo como data indicativa o dia 28.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Matarazzo Suplicy) – Olha, eu queria agradecer a presença de todos os deficientes visuais. Atenção, atenção, agradecer a presença de vocês. Serão convidados quando o projeto vai tramitar aqui que nós vamos convidar a todos vocês outra vez. Obrigado pela presença.

O SR. TITO - Então, logo depois do Carnaval, no dia 23 de fevereiro, a gente está sugerindo para a gente fazer uma nova plenária na Câmara Municipal. Nós vamos divulgar para todo mundo uma plenária aqui nesse espaço da Câmara Municipal com todas as entidades para a gente organizar essa luta. Vamos ter de dividir tarefas entre nós. Vamos ter que visitar todos os Vereadores da Câmara, fazer uma síntese do projeto e, gabinete por gabinete, para tentar convencer os Vereadores que tem uma política municipal para os trabalhadores, para as trabalhadoras ambulantes na Cidade é fundamental até para evitar a violência, como está acontecendo, para evitar o que aconteceu hoje lá no Parque Dom Pedro em que ambulantes levaram tiro da polícia lá na região da 25 de Março, próximo ao Parque Dom Pedro I.

São essas questões que nós precisamos convencer os Vereadores, as Vereadoras da Câmara para poder aprovar o projeto. Quem tem de fazer essa tarefa são os ambulantes, porque não adianta depois ficar reclamando que vai ter privatização, que a polícia está batendo lá em Artur Alvim, está batendo no Brás, está batendo na Lapa, está atirando na 25 de Março ou lá no Parque Dom Pedro, ou que tem multa, que tem isso, que tem aquilo.

Nós, trabalhadores, especialmente os trabalhadores e trabalhadoras ambulantes, temos de pegar na mão o projeto e falar que essa ferramenta é nossa e nós vamos levar à frente.

É essa convocação que o Centro Gaspar Garcia faz a todos e todas. A gente pede também que os companheiros mais experientes, dos sindicatos, das associações, nos ajudem nisso: José Gomes, Alcides, Careca, Gilsão, Sampaio, Valdina. Peço que as lideranças se unam e tomem à frente desse processo porque também se tiver desunião, não tiver a unidade a gente tem muita dificuldade de fazer sozinho esse processo. Então tem que ter muita unidade, articular todo mundo junto e ano que vem aprovar esse projeto.

Se tiver força, mobilização, articulação, a gente, o Suplicy, a Juliana vão, com certeza, fazer aprovar o projeto. Se não tivermos força e união, vamos continuar na situação que estamos hoje.

Esse é o convite que eu faço, convidando todos para o dia 23 de fevereiro, aqui na Câmara Municipal, para começarmos essa tarefa no início do ano e até – se Deus quiser - a metade do ano, antes inclusive do processo eleitoral, porque isso também contamina os processos na Câmara, a gente fazer votar e aprovar o projeto de lei para ver se a gente consegue minimizar o tamanho da violência e o processo de criminalização contra os trabalhadores ambulantes.

Nessa frente de luta, com certeza, estarão nos apoiando: o centro Gaspar Garcia, as CMP, a defensoria pública e todas as entidades que apoiam a luta dos ambulantes. Sem organização, é muito difícil que a gente consiga levar à frente essa agente.

Viva os ambulantes. Feliz Natal a todos. E que nós possamos aprovar PL que é tão importante. Muito obrigado, Suplicy, Juliana. e especialmente, a assessoria dos Parlamentares, a Patrícia, o Fabinho, a Paulinha e todo o pessoal que está nos ajudando nessa agenda.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Matarazzo Suplicy) – Obrigado, Tito. Parabéns a você por dar tanta força ao movimento dos ambulantes.

Agora, Edgar Moura, dos Agentes da Pastoral Negros e Associação do Brás, Dabrasp.

O SR. EDGARD MOURA – Bom dia a todos. Venho aqui em nome da Vânia, que é da Abrasp, Associação dos Ambulantes do Brás. A minha organização é os Agentes da Pastoral Negros do Brasil. Estamos fazendo 36 anos de luta. É uma organização que tem como missão Direitos Humanos, fé, cultura, política e combate à fome.

Acompanhamos a história dos ambulantes faz uns 10 anos junto com o Centro Gaspar Garcia e todo o pessoal do Município. É importante dizer que a gente passa por um momento difícil. Estamos tentando já o ano todo uma boa reunião com o Secretário da Administração, uma reunião com Doria junto com esse trabalho global da cidade toda. Moro no Brás também e hoje a gente costuma dizer que as ruas no Brás ficaram mais negras, pois há uma grande presença dos imigrantes afrodescendentes ali. Há muitos bolivianos também. O Brás virou um caldeirão de trabalhadores honestos que querem apenas trabalhar e levar para casa o dinheiro digno para conseguir sustentar suas famílias.

No entanto, a gente vem percebendo uma falta de diálogo muito grande da polícia militar, da operação delegada, uma falta de diálogo da GCM que faz as suas ações com muita truculência. Vocês estão acompanhando com WhatsApp situações vexatórias de trabalhadores sendo jogados ao chão, trabalhadores levando gravatada, trabalhadores batendo, trabalhadores ambulantes, sendo que deveria haver outro tratamento. A gente abriu o dialogo também para o Secretário que entrou no lugar de Bruno Covas, para tentar construir uma saída. Fizemos varias reuniões na Subprefeitura da Mooca para tentar entender o que está

acontecendo, Tentar chegar a um consenso, como bem disse o representante de SINSEP , como já falou o Dito, a cidade toda está sem TPU. A Cidade de São Paulo toda está sob uma liminar e não o que estamos observando. Nos últimos vinte dias a policia vem pegando trabalhadores dizendo que quem é de 2008 tem de sair da ruas, levando sua mercadoria, prendendo, então isso não pode acontecer. Sabemos que não existe uma lista para tirar trabalhadores antes de 2008, 2009. Eles estão usando um argumento e uma lista que não existe. Essa audiência também serve para pedir ajuda para que possamos abrir o dialogo com a GCM. Abrir a o dialogo com a operação delegada, chegou um ponto em que a Prefeitura do Brás não sabia da operação da policia militar, não sabia da operação GCM, no entanto a policia GCM e a militar, dizendo que tinha de tirar as pessoas, que tinha uma lista com o numero de 2008, então a gente pergunta para esse pessoal: que lista é essa? De onde tiraram essa lista que estão tirando as pessoas de 2008 de suas barracas. Estamos aqui pedindo apoio. Muitos trabalhadores não saíram para vir para cá com medo de ter suas barracas apreendidas. O Brás, como sabemos, como toda capital, o Brás é um coração de vendas e a gente hoje precisa com urgência do dialogo. Tivemos uma conversa com o Prefeito Regional Brás/Mooça, agora precisamos de uma reunião com urgência, Prefeito da Mooça/Brás, mas que seja junto com a GCM, com a Policia Militar, porque na última reunião com ele, ele falou que não tinha autorizado uma lista nas mãos da GCM. Então vejam; A GCM e a Policia Militar está fazendo um papel de Prefeitura. O papel de fiscalização. Como eles podem ir na barraca de trabalhadores que tem 30 anos de rua e diz, que você não pode ficar, porque é de 2008. Onde está escrito isso? E falam de uma lista que não existe. Mas nessa dependência toda, esse mês todo, teve muita truculência no Brás, fazendo isso. o Brás está pedindo uma única coisa. O mesmo que pede a cidade inteira, que é estar dentro do fórum. Que consigamos chegar em um consenso do TPU, conseguir emitir novos TPU, pedimos com prioridade um cadastramento, como há falaram aqui. Nós precisamos saber quantos nós somos para poder discutir uma politica para onde iremos. Não dá para criminalizar. Espero que consigamos sim,

saber quem que estão nas ruas, muitos já faleceram. Sabemos que falecendo pessoas dá margem a outros TPUs aparecerem. Todo mundo fala de corrupção. Mas os trabalhadores não são corruptos. Eles trabalham de forma honesta. Precisamos discutir isso também.

Outra, é que não dá para a gente vê, participei de uma reunião com um grupo de imigrantes do Brás, que tiveram suas mercadorias saqueadas pela operação delegada. Entraram em um depósito de madrugada, fizeram o dono do estacionamento abrir o estacionamento, estouraram o cadeado e levaram toda a mercadoria desses imigrantes. Até que se prove contrário, a mercadoria é deles, eles compraram. Não pode entrar no depósito assim sem uma ordem judicial, inclusive. Pergunto: para onde foi a mercadoria que tiraram daquele estacionamento. No meio da mercadoria tinha mercadorias também de trabalhadores com termo de permissão de uso de ambulante. Vejam a que ponto chegou. Daqui a pouco vão entrar na casa dos ambulantes para tirar a mercadoria deles. Não pode acontecer isso. Fomos à Prefeitura, o que a Prefeitura falou? Não fomos nós quem mandamos a polícia fazer. Está havendo sim, uma criminalização velada. Primeiro, porque são negros. Eu moro ali. Outro dia eu estava indo no Brás fazer uma compra. Fui parado três vezes. Perguntando se eu era ambulante. Eu falei: e se eu fosse? Qual o problema? O que vocês querem de mim? Vejam, que também a questão de ser negro no Brás hoje, está marcando uma questão de violência, de racismo, de criminalização. Não é apenas a questão de ser ambulante. Ser ambulante é um orgulho, se eu fosse, teria orgulho como vocês, de forma honesta, que levam e criam seus filhos. Digo que hoje, muitos do Brás não vieram aqui com medo de sair de suas barracas e voltar elas terem sido apreendidas. Peço que essa Câmara possa olhar para os ambulantes da Cidade de São Paulo, mas que também possa dizer: polícia para quem precisa de polícia. Os ambulantes não precisam de polícia. Precisamos sim, encontrar um caminho para que os trabalhadores imigrantes que compram mercadoria muitas das vezes com problema como é que vamos regularizar o trabalhador ambulante que seja imigrante também. Faço aqui uma denúncia e dou meu nome: Edgar Aparecido Moura, moro no Brás e venho dizer: o Brás está

sendo saqueado sim, porque nesse momento muitas pessoas tem mercadorias apreendidas, inclusive sem lacre. Então se está sem o lacre, como é que vou reclamar da minha mercadoria sei lá quem me deram. Não estão me dando condições de reaver a mercadoria, que são apreendidas. A minha organização que tem 36 anos de vida, que tem um departamento do qual trabalho, vai esmorecer e sim, denunciar, já pedi agenda com o Sr. Prefeito João Dória, já conversei com o Secretário para dizer: policia, para quem precisa de policia, precisamos sim, regularizar os TPUs

Obrigado!

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Matarazzo Suplicy) –Caro Edgar Moura, gostaria de pedir ao senhor e aos agentes da pastoral, da Abraspto, da pastoral dos negros e da associação do Brás, se o senhor puder escrever uma carta explicando estes fatos, dizendo inclusive o dia e a hora e onde, possivelmente estão apreendidos e sem o devido lacre que deveria ser dado aos ambulantes, essa carta pode ser dirigida ao Sr. Prefeito João Doria; ao Secretário da Secretário da Segurança; ao Sr. Prefeito Regional, responsável pelo Brás e ao Secretário de Coordenação das Prefeituras Regionais, encaminhe para mim, eu encaminho a essa carta contando esses episódios a essas pessoas. Tá bom.

O SR. EDGAR – Agradeço nobre Vereador. Temos já um documento para a V.Exa. a Prefeitura vem nos atendendo, mas não vem resolvendo nosso problema.

Obrigado!

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Matarazzo Suplicy) – Passo a palavra ao Sr. Gilson Negrão.

O SR. GILSON NEGÃO – Bom dia, meus companheiros trabalhadores de luta, quero agradecer a você, companheiro Suplicy, companheira Juliana que está nessa luta conosco aqui. Os companheiros da CMP, das entidades do Fórum dos ambulantes, companheiro Tito, nosso companheiro de luta, que por estar na luta conosco foi preso, detido e vai ter um ato hoje de solidariedade do companheiro. É amanhã e temos de estar juntos com o

companheiro porque a nossa luta é essa. Todo mundo que nos defende, o pessoal senta a borracha, e todo mundo é contra nós. A nossa luta é de união. Isso é muito importante para nós.

Precisamos prestar atenção na nossa luta porque parece que não temos qualidade nenhuma, mas o nosso trabalho, o trabalho do comércio ambulante na cidade de São Paulo é um trabalho muito antigo, é do século XVIII, as pessoas tem de entender a nossa história, o comercio é um trabalho de transição da escravidão para o trabalho formal e as negras (palavra ininteligível) que ocupavam a Ladeira da Memória, ali entre o Anhangabaú e a Praça da Bandeira, no século XVIII já vendiam as suas coisas para ganhar dinheiro para sustentar as suas patroas. Nosso trabalho é esse. Mas de 200 anos, século XVIII, então, as pessoas precisam entender a nossa história, a nossa luta. Esse trabalho é feito há mais de 200 anos. E as pessoas não reconhecem o nosso trabalho, é importante. Em 1852 a Câmara Municipal discutiu a situação dos trabalhadores ambulantes, que estavam atrapalhando a rua, em 1852 essa própria Câmara Municipal aqui.

Nosso trabalho vem de muito tempo, de muita luta, as mulheres guerreiras na rua, quitandeiras, as quituteiras, é o nosso povo. Estamos sempre reivindicando e as pessoas nunca nos ouvem. Há mais de 200 anos que as pessoas fazem questão de não nos ouvir. Estamos aqui nessa luta. A gente sabe que é difícil, mas São Paulo são mais de 150 mil. A primeira coisa que eles dizem para nós é que o ambulante não vai trabalhar. Como se não fosse, somos mais de 150 mil em São Paulo. É difícil alguém dizer para você, não vai trabalhar, porque nós vamos trabalhar, queremos ganhar nosso dinheiro, nosso trocadinho para levar. No dia de Natal nenhum de nós sabe se vai conseguir levar um franguinho, que peru para nós não dá. Estamos na rua tentando, batalhando.

Nós temos na zona Leste o companheiro Careca na Artur Alvim que está tentando ajudar a gente lá, fazer uma batalha correndo. Você é um cidadão digno, quer trabalhar, a pessoa paga a Polícia Militar um bico extra para fazer no dia de folga para correr atrás de nós

trabalhadores. Não nos respeitam. Na Copa do Mundo a primeira coisa que falaram para nós, ambulante não vai trabalhar e eu perguntei por que não, porque vocês fazem bagunça. Eu perguntei com quem eles conversaram. Vamos conversar conosco, vão ver se dá a oportunidade ou não. Nos deram a oportunidade, trabalhamos na Copa do Mundo e foi o trabalho mais organizado que teve foi o nosso. As pessoas deviam respeitar o nosso trabalho, as reivindicações, e nosso povo está aqui é para isso. Concordo que precisamos nos organizar.

O Fórum está se reunindo lá no Gaspar Garcia. É difícil passar as coisas aqui na Câmara Municipal, nós não temos número suficiente de parlamentares para passar e precisamos estar unidos. O pessoal do Ibirapuera são nossos parceiros de luta, a cooperativa, nós lá do Parque do Carmo estamos sofrendo também lá. Precisamos nos unificar, trocando informações. Agradeço a oportunidade de estar aqui nos manifestando e estamos na luta.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Matarazzo Suplicy) – Quero agradecer a presença da nossa defensora pública, Luísa Lins Veloso, vejam só a importância do trabalho da defensoria pública e de uma defensora como a Luísa Lins Veloso que está aqui nos ajudando e dando todo apoio a este projeto de lei que inicialmente foi apresentado pelo José Américo e agora tem a coautoria da Juliana e minha própria. Obrigada, Luísa.

Tem a palavra o Sr. José Gomes da Silva, Presidente do Simpesp.

O SR. JOSÉ GOMES DA SILVA – Boa tarde a todos. Sou presidente do Simpesp, que é o Sindicato dos Permissionários em ponto fixo e isso não quer dizer que a gente não faça trabalho para a categoria dos ambulantes. O único problema que temos está em nós mesmos. União entre nós não existe. As pessoas só procuram entidades, fórum, Prefeitura, Vereador, Deputado, como teve agora o nosso José Américo, quando realmente estão necessitados, quando estão precisando.

Se não tiver problema o pessoal não se une. É uma realidade, precisamos estar juntos, porque mesmo aqueles que trabalham com permissão, não estão tranquilos. Ontem o

Prefeito deixa trabalhar, hoje pode deixar, amanhã pode não deixar. E aí é mais um desempregado que vai correr atrás para tentar resolver o problema. Temos que estar atentos o tempo inteiro. Essas pessoas que estão aqui mesmo não sendo a maioria deve chegar para cada companheiro e falar para ele que hoje ele está bem, mas amanhã pode não estar. Vamos nos juntar, nos organizar, porque é necessário, não tem jeito de fazer sozinho. Estamos aqui há muitos anos. O José Eduardo Cardoso, quando era Presidente da Casa, fez um belo de um documento, não foi aprovado e parou por ali. O José Américo fez uma lei, fizemos uma minuta de decreto tentamos de todas as maneiras aprovar e não foi aprovada. Cheguei a conversar com um dos coronéis que era subprefeito e ele disse que na rua não era para ter nem poste. Mas, como? Mas o pessoal não é poste, precisam trabalhar, precisam levar comida para a família e não podemos retirá-las da rua, a não ser que o senhor tenha emprego para todos eles, acredito que o senhor não tem. Ele disse que não era problema dele. A gente sabe disso, então, a elite, as pessoas que são empresários pouco estão se importando para quem está na rua, para quem está necessitado, para quem está precisando, isso não é problema deles. Nós que precisamos temos de nos organizar, de nos unir para a gente poder ter força de lutar pelo que precisamos. Estou com o sindicato aqui no edifício Mirante do Vale, sala 1813. As portas estão abertas para todos os permissionários e os ambulantes que quiserem ir lá fazer palestra, uma conversa, e tentar encontrar uma maneira de a gente sair.

Se tem uma pessoa que teve o meu voto a vida inteira está ele aqui eu já falei isso e falo novamente. E merece. Tenho muita fé que com a graça de Deus e com o empenho dele vamos resolver isso. Já fizemos centenas de reuniões e não fomos em frente, precisamos de ter um homem de coragem, de palavra, de fé, de força e estou depositando tudo isso no nosso Vereador Suplicy e na Vereadora Juliana, que conheço muito bem e sei que é de luta, que corre atrás, haja vista o que aconteceu defendendo aquilo que ela acredita e que sabemos que é necessário. Não vou falar muito porque já está tarde, mas convido vocês a irem ao sindicato e estou à disposição de vocês. Esse sindicato tem 23 anos de fundação, estou há dez anos

como Presidente, mas já quero que tenha outra pessoa que assuma o meu lugar. Temos que caminhar. Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Matarazzo Suplicy) – Tem a palavra o Sr. Rogério Lima da Cooperativa do Brás.

O SR. ROGÉRIO LIMA – Boa tarde a todos. Quero deixar claro que temos de nos unir e nos organizar. Hoje sou presidente de uma cooperativa que atua na região do Brás e passamos por várias perseguições porque a gente é contra esse sistema, contra isso que eles fazem com os empreendedores de rua, é assim que costumamos falar. Nós não somos só camelôs e sim empreendedores de rua. A gente leva essa cidade e esse país nas costas. Nós somos 60% da economia do país, o pequeno empreendedor e o empreendedor urbano gera a economia da grande indústria, como das grandes empresas, por exemplo, vocês já imaginaram quantas águas minerais vende num farol em São Paulo? Quantas Coca-Colas são vendidas num carrinho de ambulantes? Quantas cervejas são vendidas nos eventos na cidade de São Paulo, então, a Ambev depende de nós, a Coca-Cola depende de nós e a água mineral Bonafonti também depende de nós. Nós sustentamos qualquer indústria brasileira. Hoje o Vereador Eduardo Suplicy apoiou a gente para abrir uma instituição, uma cooperativa do trabalho solidário do Brás. Quando a gente estava na luta, lá no Brás sofrendo, sendo perseguido ele olhou nos meus olhos e disse que ajudou a constituir uma cooperativa no Parque do Ibirapuera e queria que vocês se organizassem dessa forma. De meio de cooperativa. Aí foi que veio a ideia. Já que a gente trabalha, é perseguido e a gente é criminalizado, que é isso que a mídia fala do camelô, do ambulante, do empreendedor de rua, ela não olha a gente com o olho econômico e sim olha com o olho da marginalidade, criminaliza a categoria, o camelô. O empreendedor de rua não é bandido, não é ladrão. Eu por exemplo, não dou emprego só para mim mesmo, mas sim para um cortador, duas a três costureiras e um estampador. Minhas costureiras elas moram nas comunidades da cidade de São Paulo. Eu tenho costureira no Capão Redondo, no Jardim Ângela e na Cidade Tiradentes.

A minha costureira quando eu pago para ela, ela compra no mercado do bairro, compra no açougue do bairro, compra o pão dela década dia, ela depende de mim. Eu tenho que ser valorizado, o Poder Público tem que olhar para gente com outros olhos, porque todo esse povo que está aqui só quer ser respeitado, quer ter dignidade, então, a gente tem que lutar pelo nosso direito social sim porque o governo age de uma forma truculenta, não dá oportunidade de interlocução para os nossos trabalhadores, para esses empreendedores urbanos e a gente precisa dessas audiências públicas, precisa da mobilização igual o companheiro Rubens Possati falou, porque só dessa forma com força e união esses que estão nessa Casa e olham para gente de olho virado, o bando de arruaceiros, bando de morto de fome. Eu escutei, eu era militante no tempo do sindicato, quando o Afonso presidia o sindicato. Eu vi a perseguição que ele sofreu, a luta que lutou para apoiar a categoria e hoje eu agradeço a todos vocês que estão aqui que são veteranos porque quando eu era militante, que comecei com 12 anos de idade, comecei camelar e marretar em frente ao Mapim, eu sofri, mas meu pai falou que eu estava trabalhando dignamente, é melhor você com um tabuleiro na mão vendendo laranja, vendendo maçã do que com uma faca ou um revolver assaltando alguém então eu tenho que ser respeitado, e tenho que ser reconhecido.

Peço a vocês para falarem com todas as instituições, as entidades que chegou a hora, a hora da união. Se a gente não mostrar nossa força, vamos sofrer mais do que estamos. Vemos cenas hoje no Parque Dom Pedro, polícia colocando o ambulante algemado, correndo atrás, criminalizando, isso é inadmissível. É uma atitude arbitrária da Prefeitura tratar os ambulantes dessa forma. Hoje somos dez mil na região do Brás, se a gente fizer uma conta simples, dez mil em pleno final do ano, cada um comprando mil reais de tecido, são dez milhões, trinta dias, são trinta milhões então a Fiesp precisa da gente. A gente levanta qualquer indústria brasileira.

Agradeço a todos e estou aqui para juntar a todos vocês e podem contar comigo. Vou me organizar para a gente trazer todo o nosso pessoal e, dia 23 de fevereiro, todos nós

aqui.

Unidos, jamais seremos vencidos! Camelô unido, jamais será vencido!

Obrigado, pessoal.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Matarazzo Suplicy) - Queria lhe perguntar, Rogério, depois que sugeri a você para formar a cooperativa, você foi visitar a Antonia lá no Parque Ibirapuera? Você já a conhecia? Já era amigo dela?

O SR. ROGÉRIO LIMA - Na verdade, eu cheguei a conhecer. A gente se falou rápido.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Matarazzo Suplicy) - Mas agora está conhecendo melhor?

O SR. ROGÉRIO LIMA - Com certeza. Agora a gente tem de trocar *WhatsApp*, se conversar mais ainda, porque a gente precisa se unir. A cidade de São Paulo é história.

Só para resumir, todo esse comércio popular dependeu da sola do pé de cada um que está aqui. O Brás não existia, era a Cracolândia dos anos 90, tinha o nome pejorativo que todo mundo falava nas comunidades: “Vai morrer no Brás.”; “Vá rodar bolsinha no Brás.”. Eu nasci na favela, escutei isso quando era pequeno. Sabe o que aconteceu? O pé do ambulante, do empreendedor de rua, fez valorizar aquele local e a especulação imobiliária foi para lá, é claro! É fácil, a gente pega o ambulante, tira da rua e coloca num grande *shopping*, cobrando uma luva absurda e aluguel que vocês já sabem como funciona.

Nós somos a resistência, somos trabalhadores que dependem do local de trabalho que é a rua para sobreviver. Não é só camelô, é empreendedor de rua.

Obrigado, pessoal. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Matarazzo Suplicy) - Agora o Christian, da Associação dos Peruanos. Queria chamar o Francisco Jadson da Silva, que será o último orador.

- Pronunciamento feito por orador estrangeiro. Transcrição prejudicada.

O SR. CHRISTIAN JOSUE URBAY DIAZ – Bom dia a todos. Meu nome é Christian Josue Urbay Diaz, sou presidente da Associação de Cidadãos Residentes em São Paulo Brasil. Conosco o Rogério, há muitos anos, a luta dele que é um dos líderes do Brás, aqui em São Paulo.

Há muitos pontos que ele já falou e que eu queria falar sobre os camelôs. Somos empreendedores e é a primeira audiência que estou presente aqui e fico triste porque somos... só de TPU são mais de 2.500 que tem TPU e olha aqui o pessoal.

E de ambulantes, como falou o Rogério, somos mais de 10 mil. Cadê eles? A luta não é só de nós, é de todo mundo, de todos os camelôs. É uma tristeza, é uma tristeza mesmo. Mas eu compartilho de muitos pontos que falou o Rogério. Nós, como imigrantes, não só os peruanos, bolivianos, haitianos, estamos na mesma luta.

A atitude que está tomando o Doria é muito triste, ele quer tirar todos nós da (Ininteligível) e não está pensando em nossas famílias, nos tirou. Como que nós pagamos as contas? Como pagamos o aluguel? A gente tem de estar unidos, como está falando o Rogério.

Peço a todos vocês e vou convocar também aos imigrantes bolivianos, vou levar hoje o que eu escutei, vou transmitir a todos eles, para estarem todos juntos na outra audiência, porque a luta não é só dos imigrantes, mas de todos vocês, de todos nós. Estamos juntos nessa luta.

Muito obrigado pela oportunidade. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Matarazzo Suplicy) - Muito bem, Christian, é muito importante que estejam aqui os representantes dos imigrantes. Agradeço a presença de vocês.

Há um convite para o dia 23 de fevereiro, às 14h, aqui na Câmara. Vamos convidar todos vocês.

Tem a palavra o Sr. Francisco Jadson da Silva.

O SR. FRANCISCO JADSON DA SILVA – Boa tarde a todos os presentes.

Eu gostaria de frisar para o cidadão Rogério que se existe um homem público que não mede esforços para ajudar o cidadão, independentemente da classe, chama-se Eduardo Matarazzo Suplicy. (Palmas)

É um homem que está disposto a lutar por mim que sou morador de rua e lutar pelo camelô. Tive a minha mercadoria apreendida na Faria Lima. Eu impedi o Suplicy de fazer o seu *cooper* e ele tomou a iniciativa em ligar para o Secretário, na época o Benedito, para tomar as providências.

Quero dizer para o cidadão que qualquer luta que o Suplicy se engaje em prol do povo, o povo é vitorioso. Agora, a gente precisa se unir, porque o Suplicy sozinho não tem força de competir contra esse Prefeito incompetente, chamado João Agripino da Costa Doria. Quero dizer para o Prefeito João Doria que o camelô é cidadão, camelô trabalhando traz progresso para a nação. (Palmas)

Ao invés de perseguir camelôs, ele deveria perseguir empresas que devem aos cofres públicos e não pagam. O Prefeito João Doria é prepotente, arrogante, detesta o pobre, o negro e o trabalhador.

Em 2018, ano de pleito é Suplicy, de novo, Senador do povo. (Palmas) Nós precisamos ter pessoas que realmente nos representem, que têm a coragem de brigar por mim e por você.

Agradeço a oportunidade, agradeço a todos que estão presentes. Não faço parte de nenhum movimento, mas quero dizer para o nosso Presidente aqui, vamos nos unir, vamos trazer o povo para cá. O povo, junto com ele, obterá êxito.

Obrigado. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Matarazzo Suplicy) - Francisco, obrigado. Mas esta plenária não tem nada a ver com uma forma de campanha política. Eu também procuro sempre me dirigir ao Prefeito, mesmo que possa ter divergências com ele, com palavras

sempre de respeito, porque assim sei que por todos serei respeitado.

Felizmente, hoje quero agradecer ao povo paulistano, mas, inclusive, aos ambulantes que aqui estiveram e ainda estão presentes. Creio que tivemos uma excelente audiência.

Quero agradecer ao Caio, à Pagu, ao Spencer e a toda a minha equipe que esteve aqui logo cedo, a Flávia, a Larissa e os outros que ajudaram na convocação e na organização dessa plenária. Podem contar comigo, com a Juliana e José Américo para realizar um esforço muito significativo.

Como dito já aqui, no próximo dia 23 de fevereiro, às 14h, neste plenário aberto, vamos ter uma nova reunião com todos vocês, ampliando se possível, se vocês ajudarem a convocar todas as organizações de ambulantes, camelôs e aqueles que procuram sobreviver com dignidade nas ruas de São Paulo.

—————
Feliz Natal a todos vocês e às suas famílias. Um grande abraço. Um beijão para todos. (Palmas)

Anda mais havendo a ser tratado, dou por encerrada esta audiência pública da Comissão de Política Urbana, Metropolitana e Meio Ambiente.

Tenham todos uma ótima tarde. Parabéns a vocês.